

neuroológicos (epilepsia, convulsão, disritmia, Parkinson), relacionados com os órgãos de sentido (como dificuldades de visão e de audição), e AIDS. Quatro por cento dos entrevistados referiram alcoolismo ou dependência química, problemas gástricos e intestinais, e problemas referentes a traumatismos e presença de próteses (cervical, craniana, maxilar, fraturas, platina na perna, na bacia, no fêmur).

Entre 2 e 3% informaram a existência de paralisias e deficiências físicas, de problemas de origem circulatória (derrame, trombose, varizes), e reumáticos (artrose, reumatismo, espondilite).

Diversos problemas foram referidos por um ou dois entrevistados (7%), sem que fosse possível agrupá-los, alguns não informaram ou não especificaram o problema (3%) e não foi possível entender o significado de cerca de 1% dos problemas citados.

Tabela 2

Principais problemas de saúde referidos por pessoas em situação de rua

Problemas de saúde referidos	n	%
Cardíacos	116	13,6
Mentais	82	9,6
Problemas respiratórios	81	9,5
Dores em geral	69	8,1
Endócrinos	51	6,0
Neurológicos	48	5,7
Órgãos de sentido	46	5,4
AIDS	44	5,1
Alcoolismo e dependência química	38	4,4
Gástricos e intestinais	35	4,1
Traumatismos e próteses	34	4,0
Paralisias e deficiência física	24	2,8
Circulatórios	17	2,0
Reumatológicos	16	1,9
Hepáticos	13	1,5
Câncer	9	1,1
Restriados	8	0,9
Anemia, cansaço, fraqueza	8	0,9
Dermatológicos	7	0,8
Renais e urinários	7	0,8
Alérgicos	5	0,5
Saúde bucal	4	0,4
Diversos	60	7,0
Não informado/Não especificado	23	2,7
Sinais e sintomas mal definidos	8	0,9
Total	855	100,0

Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua



A análise das três listas de problemas de saúde referidos – totalizando 989 diagnósticos, sinais ou sintomas –, evidenciou distribuição muito similar à lista dos primeiros problemas mencionados, com algumas diferenças para mais ou para menos que não superaram 0,6 ponto percentual.

História progressiva de internações em estabelecimentos de saúde também nos informa sobre as condições de saúde dos entrevistados. Quase metade já esteve em hospitais gerais, 17% passaram por hospitais psiquiátricos e 28% já estiveram em clínicas de recuperação de dependentes químicos.

Tabela 3

Internações em estabelecimentos de saúde de pessoas em situação de rua

Internação	Sim		Não		Não sabe/não respondeu	
	n	%	n	%	n	%
Hospital ou clínica geral	1358	47,1	1501	52,1	23	0,8
Hospital ou clínica psiquiátrica	481	16,7	2372	82,3	29	1,0
Casa de recuperação de dependentes químicos	809	28,1	2052	71,2	21	0,7

Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua

AMOR
PAZ * ADOÇÃO
* ALEGRIA * VIDA
FELICIDADE *
* PERSEVERANÇA



As informações do capítulo sobre recursos para a higiene pessoal também oferecem pistas das condições de saúde desse segmento populacional: a própria rua é o local onde 33% costumam tomar banho e 33% utilizam como banheiro para suas necessidades fisiológicas, em ambas as situações sendo mais utilizada por homens que por mulheres.

Tabela 4

Locais utilizados por pessoas em situação de rua para banho e necessidades fisiológicas

Locais	Tomar banho	Usar o banheiro
Rua	940 32,8	938 32,6
Albergue ou abrigo	904 31,4	725 25,2
Banheiro público	410 14,2	613 21,3
Casa de parentes ou amigos	151 5,2	79 2,7
Casas de convivência	125 4,3	55 1,9
Estabelecimentos comerciais	79 2,7	271 9,4
Pensão ou Hotel ou Motel	24 0,8	- -
Igreja	21 0,7	- -
Outro	94 3,3	108 3,7
Não respondeu	134 4,6	93 3,2
Total	2882 100,0	2882 100,0

Fonte: Brasil, 2008b.

Esses dados informam que

“na maior parte dos casos, os recursos disponíveis para a higiene pessoal desta população são precários e impróprios, podendo ocasionar problemas de saúde, constrangimentos morais, violência sexual, sujeira no espaço urbano, entre outros danos” (Brasil, 2008b:93).

É grande a diversidade de problemas de saúde mencionados pelas pessoas em situação de rua, assim como são grandes as dificuldades para realizar atividades de asseio e higiene pessoal. Se por um lado o perfil de morbidade não parece se distinguir muito do encontrado na população em geral, por outro lado, viver nas ruas padecendo de certas doenças torna muito mais difícil o cotidiano assim como os cuidados ou tratamentos necessários, e muito provavelmente, aumenta a letalidade das patologias.

USO E OBTENÇÃO DE MEDICAMENTOS

Cerca de 20% da população em situação de rua referiu fazer uso de medicamento, proporção muito inferior à encontrada em investigação realizada em 2002, na cidade de Pelotas², citada pela pesquisa, em que 66% das pessoas faziam uso de medicamentos, possivelmente pelo baixo poder aquisitivo e pela falta de diagnóstico.

O uso de medicamentos foi maior entre os albergados (40%) do que entre os que pernoitam nas ruas (12%), o que é explicado tanto pela

²Bertoldi, A. et al, “Drug utilization in adults: prevalence and individuals determinants”, Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 38, n. 2, 2004, citado em Brasil, 2008b, p.81.

definição utilizada de albergue que inclui hospitais e clínicas, quanto pela renda mais elevada desse grupo.

Entre os que fazem uso de medicamentos, estes são obtidos em postos ou centros de saúde (49%), por intermédio de doações de instituições ou pessoas (28%), em hospitais (13%), e pela compra, seja em uma Farmácia Popular, seja em outro tipo de local (6%).

É grande a probabilidade de serem públicos os referidos centros e postos de saúde assim como os hospitais, e nesse caso fica patente o papel desempenhado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no acesso aos remédios de cerca de 60% dos entrevistados que informaram fazer uso de medicamentos.

ACESSO E UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE

A situação de rua favorece o aparecimento e/ou a piora de doenças previamente existente, e a relação com os serviços de saúde agrava ainda mais essa condição. Além da dificuldade em acessar e utilizar os serviços de saúde, as pessoas em situação de rua não conseguem – por diversos motivos – seguir o tratamento indicado, seja de cuidados higiênicos seja de uso de medicamentos na dosagem e tempo prescritos. Acrescente-se também a experiência de discriminação e maus tratamentos nos serviços de saúde onde são considerados como portadores de “patologia social”, diante da qual os profissionais de saúde sentem-se, ao mesmo tempo, impotentes e sem qualquer responsabilidade.

Mais da metade das pessoas em situação de rua entrevistadas (55%) já sofreram discriminações sob a forma de impedimento de entrar em estabelecimento comercial, shopping center, transporte coletivo, bancos,

órgão público, de receber atendimento na rede de saúde ou de tirar documentos. Entre os entrevistados, 18% informaram já terem sido impedidos de receber atendimento na rede de saúde (18%) (Brasil, 2008b: 87). Desta situação pode-se concluir que

“Os serviços públicos de saúde não estão adequados à realidade e às necessidades das pessoas em situação de rua. Não existem condições de acolhimento e as pessoas que vivem nas ruas não procuram tais serviços, por conhecerem as limitações de acesso e por sentirem-se discriminadas. (...) É necessário assim, o desenvolvimento de ações especiais na área do atendimento de saúde, abrangendo a capacitação dos profissionais de saúde, a alteração da atual cultura sobre a população em situação de rua e a mudança de regras e procedimentos adotados no funcionamento dos hospitais e centros de saúde” (Brasil, 2008a:22).

O hospital com emergência é o primeiro lugar que 44% das pessoas em situação de rua recorrem quando estão doentes, seguido do posto de saúde (27%). Esses dados podem significar a procura de pronto-socorros por motivos agudos em detrimento de um cuidado mais regular e contínuo que pode ser ofertado pelos postos e centros de saúde. Nesse aspecto, a população que vive nas ruas não difere da população em geral que também costuma procurar com mais regularidade hospitais de emergência, principalmente em se tratando de casos agudos. A dificuldade de acesso é também propiciada pelo horário limitado de funcionamento dos postos e centros de saúde.





PROBLEMAS DE SAÚDE NÃO DISTINGUEM OS SUBGRUPOS DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

A pesquisa identificou a constituição de dois subgrupos entre as pessoas em situação de rua a partir do cruzamento de variáveis. As características de clivagem foram:

- 1) Baixo nível de renda (até R\$ 40,00 semanais, que corresponde a 33,9%) e alto nível de renda (mais de R\$ 120,00 semanais, que corresponde a 7,4%);
- 2) Pede dinheiro (15,7%) ou alimentos (32,8%) e não pede dinheiro (84,3%) ou alimentos (67,2%);
- 3) Dorme na rua (69,6%) e dorme em albergue (22,1%);
- 4) Pouco tempo de permanência em situação de rua (até 1 ano, 33,3%) e muito tempo de permanência na rua (mais de 5 anos, 30,9%);
- 5) Sabe ler e escrever (74,0%) e não sabe ler e escrever (17,1%) (Brasil, 2008b:114).

O grupo de renda mais baixo costuma dormir na rua, não sabe ler e escrever, não consegue garantir sua alimentação diária, pede alimentos ou dinheiro, possui algum problema de saúde, é formado por pessoas que são mais discriminadas, já tendo sido impedidas, em maior proporção, de entrar em algum estabelecimento ou em transporte coletivo.

Os grupos dos que costumam pedir dinheiro ou alimentos, dos que costumam dormir nas ruas, dos que estão há mais de 5 anos nas ruas e daqueles que não sabem ler e escrever apresentaram todas as características do grupo de menor renda, exceto a existência de problemas de saúde. Portanto, a associação com problemas de saúde mostrou-se relevante apenas no caso da renda.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados coletados e analisados pelo I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua formam um conjunto inédito e representativo de informações das condições de vida em âmbito nacional das pessoas em situação de rua. Ainda está por ser feita uma análise que consiga explorar toda a riqueza das entrevistas realizadas sobre os aspectos que determinam as condições de saúde.

Neste texto, buscamos agrupar os dados e as informações coletadas, restringindo-nos por hora aos cruzamentos das variáveis já realizados pela equipe de pesquisa. O conjunto de perguntas mais diretamente relacionado com as condições de saúde e o acesso aos medicamentos e aos serviços de saúde – história de internação em hospital geral, em hospital psiquiátrico, em clínica de recuperação de dependência química, obtenção de alimentos diariamente, uso e forma de obtenção de medicamentos, existência e tipo de problemas de saúde, utilização de serviços de saúde quando doente, local em que costuma tomar banho e usar o banheiro, e discriminação no acesso e utilização dos serviços de saúde – podem ser cruzados com variáveis como tempo de rua, porte populacional da cidade, região do país, além de rendimentos, escolaridade, idade, atividade ocupacional e local mais frequente de pernoite para a obtenção de um retrato mais fiel da heterogênea realidade das pessoas que moram nas ruas.

É necessário também analisar com mais detalhes a (falta) de associação entre a existência de problemas de saúde e as diferentes variáveis de clivagem – local de pernoite, escolaridade, tempo de permanência na rua e a obtenção de alimentos ou dinheiro através do pedido. Isso

significaria que apenas os rendimentos influenciam a existência (ou a menção) de problemas de saúde? Ou, pelo contrário, que a distribuição dos problemas de saúde se dá de maneira 'uniforme' dado o grau de vulnerabilidade que os acomete?

Por outro lado, as informações são suficientes para evidenciar que problemas de saúde são causas da ida para as ruas e também consequências de viver nas ruas. Pessoas em situação de rua apresentam vulnerabilidades em todos os aspectos que determinam as condições de saúde – escolaridade, renda, habitação, alimentação, ocupação e acesso a serviços de saúde. Às dificuldades que diversos outros grupos que também experimentam processos excludentes, principalmente os mais pobres, para usufruir o direito à saúde, é acrescida a discriminação nos serviços de saúde pela aparência da miséria e da falta de asseio.

A análise dos dados permite evidenciar também a necessidade de políticas e programas de saúde específicos para esse grupo populacional, visando acabar com as iniquidades e minorar as desigualdades existentes de acesso e utilização dos serviços de saúde. Embora seja relevante o papel desempenhado pelo SUS no acesso aos medicamentos por pessoas em situação de rua, este ainda é insuficiente não só na obtenção de remédios, mas em todo o conjunto de ações que envolvem promoção, prevenção, tratamento e reabilitação dos problemas de saúde.

Não é simples o desenho de políticas de saúde voltadas para garantir o direito à saúde dos diversos subgrupos que moram nas ruas. Experiências nacionais e internacionais parecem indicar que nesse caso os serviços devem ir onde estão os seus usuários e pacientes, ao invés de

aguardar que estes venham a demandar ações e cuidados de saúde. No entanto, isso tampouco é suficiente para garantir as condições de continuidade do acompanhamento e sucesso do tratamento, considerando inclusive a presença de doenças como tuberculose, hanseníase, câncer e AIDS, que exigem uso contínuo de medicação. Tornam-se necessárias então, políticas que articulem saúde e proteção social, emprego, moradia e educação.

Se o problema é complexo, as dificuldades grandes e a diversidade desafiadora, a quantidade de pessoas em situação de rua é relativamente pequena, o que torna factível e exequível a ação governamental de propiciar condições de vida e de saúde dignas, garantindo o acesso e usufruto do direito à saúde.



HONDA

VENDAS
RECEPCAO
SERVICOS
PEÇAS
SEGURANCA
ESTACIONAMENTO
COMERCIO
Lubrificação

ACCORR

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério da Saúde. Conferência Nacional de Saúde, 8. **Relatório final**. Brasília: Ministério da Saúde, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. **Relatório final. Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua**. [S.l], março 2008a. v. 1: Metodologia.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. **Relatório final. Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua**. [S.l], março 2008b. v. 2: Resultados.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. **I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – síntese dos resultados**. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar**. Brasília, MDS; 2009.

SCOREL, S. História das políticas de saúde no Brasil de 1964 a 1990: do golpe militar à reforma sanitária. In: GIOVANELLA, L. (Org.) et al. **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008, p.385-434.

SCOREL, S. **Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1998.

SCOREL, S. **Vidas ao lêu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

SCOREL, S. Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: Burszty, M. (Org.). **No meio da rua – nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, p. 139-171.







NOTAS SOBRE A DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO, SOBREVIVÊNCIA E O MANEJO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS NO MEIO URBANO

"Como pessoas que vivem - em um sentido amplo - juntas, não podemos escapar à noção de que os acontecimentos terríveis que vemos à nossa volta são essencialmente problemas nossos. Eles são responsabilidade nossa - e independentemente de serem ou não de mais alguém."

Amartya Sen

Maria Cecília Loschiavo dos Santos

Professora Livre Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), Pesquisadora do CNPq



Milhões de pessoas sem moradia vivem em cidades de plástico e de papelão, localizadas nas áreas centrais das principais metrópoles contemporâneas. Esse não é um fenômeno isolado, mas coletivo e que, conseqüentemente, clama por uma solução universal. As cidades brasileiras, dentre as quais algumas capitais, também manifestam essa realidade, conforme apontam os dados levantados pelo I Censo e Pesquisa Nacional Sobre População em Situação de Rua.

As cidades de plástico e papelão são construídas a partir do lixo e do descarte que nossa cultura industrial e tecnológica produz diariamente. A população em situação de rua enfrenta a experiência de mergulhar vertiginosamente nas sobras do consumo excessivo de nossa sociedade e com elas construir abrigos frágeis, movidos pela necessidade de sustentar a própria vida.

O presente texto comenta aspectos da dinâmica socioespacial da população em situação de rua nas 71 cidades recenseadas. Procura compreender as estratégias de adaptação, sobrevivência e o manejo dos recursos disponíveis no meio urbano pelas pessoas em situação de rua recenseadas. Qual o caráter da vida nas ruas das cidades pesquisadas? Como essa população se adaptou à presente condição? O fato da grande maioria da população recenseada ser originária de áreas urbanas, nos leva a considerar como elemento fundamental de seus processos adaptativos à condição de estar sem casa, a construção e a posse de um repertório de conhecimentos sobre os recursos disponíveis nessas áreas.

Nesse sentido é importante compreender como diferentes tipos de espaços urbanos se tornaram nichos de sustentação para a vida diá-

ria das pessoas em situação de rua, propiciando recursos para essa população organizar sua rotina e sobreviver. É nesses espaços que várias condições locais interagem e influenciam a vida das pessoas em situação de rua. Há uma tendência em se encarar as ações dessas pessoas no espaço público, como fruto do acaso, mas a longa permanência nesses espaços trouxe para essa população conhecimentos sobre a distribuição espacial dos recursos, configurando assim, práticas e dinâmicas específicas em cada uma das cidades pesquisadas, estabelecendo negociações caso a caso.

Observa-se uma diversidade de recursos presentes em cada cidade, que em geral se referem às diferentes funções da vida diária: presença de equipamentos públicos de atenção a essa população, alimentação, pernoite, locais para higiene e banho, acesso à água, doações de esmolas, acesso a materiais descartados. Muitas vezes a disponibilidade de recursos acaba gerando a concentração dessa população em certos pontos nas cidades.

Percebemos também que não apenas a distribuição espacial dos recursos interfere nos comportamentos de adaptação das pessoas em situação de rua, mas também os diversos modos através dos quais a sociedade os vê, nas diferentes cidades pesquisadas. Ou seja, as respostas da sociedade à persistência da presença e às diferentes apropriações que essa população faz dos espaços públicos são fatores que interagem nessa dinâmica socioespacial.

A pesquisa indicou que os albergues, por exemplo, que tradicionalmente ocupam posição destacada nas políticas públicas para essa população, apresentam significativo déficit de vagas. Conseqüentemente, a dificul-

UNIVERSIDADE
FACULDADE DE
CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE
SOCIOLOGIA
AV. ANTONIO CARLOS
363 - 13.033-880
RUA DO MARACÁ, 150

dade em se conseguir vagas nessas instituições acaba se constituindo num dos fatores apontados para dormir nas ruas, nas calçadas, sob viadutos ou nos intermináveis acampamentos de papelão ou plástico. Segundo a pesquisa, a este fator somam-se três outros apontados pela população: a falta de liberdade nos albergues (44,3%), o seu horário de funcionamento (27,1%) e a proibição do uso de álcool e drogas (21,4%).



Efetivamente, os resultados da pesquisa indicam que só 22,1% dos entrevistados dormem em albergue e poucos usam suas estruturas para higiene pessoal e necessidades fisiológicas. Aliás, a partir de tais considerações revela-se a necessidade de repensar a gestão administrativa desses equipamentos, afinal para quem estes espaços são projetados?

Numa outra perspectiva, destacamos as variadas reações contrárias à permanência da população de rua nas cidades pesquisadas. Frequentemente os moradores de rua constituem-se em alvo de expulsões forçadas, gerando hostilidades, produzindo um fenômeno descrito pelos americanos como síndrome de NIMBY (*Not In My BackYard*, cuja tradução em Português corresponde a "Não No Meu Quintal").

O conceito de NIMBY designa as práticas de estigmatização contra a população em situação de rua em sua dimensão espacial. Ou seja, a discriminação contra o corpo, a aparência física, a forma de se vestir e os comportamentos dessa população também se estenderam aos espaços onde ela se localiza, inclusive os espaços onde estão implantados os serviços de atenção a essa população. Estas práticas trazem complexos desdobramentos sobre as dinâmicas de valorização do solo urbano, impossíveis de serem tratadas nos limites do presente texto. Dentre os vários autores que discutiram a síndrome de NIMBY, vale destacar a contribuição da professora Lois Takahashi (1998), que analisa de forma aprofundada as práticas de estigmatização exercidas pela sociedade americana em relação aos portadores de HIV/AIDS e às pessoas em situação de rua.



Handwritten graffiti at the top of the wall, possibly reading "DIE BOOR" or similar.

Large, stylized graffiti piece in the center, featuring blue and black outlines.

Vertical graffiti tags on the right side of the wall, including the letters "VA" and "10/1".

Vertical graffiti on the yellow pillar, including the letters "M.K." and a circular logo.

People sitting on the ground in front of the wall, engaged in conversation.





Banco

Em geral, essas práticas recrudesceram sob o impacto do neoliberalismo, quando, para atrair investimentos globais, as cidades passaram a adotar mundialmente diversas estratégias de renovação e regeneração urbana, organização de eventos esportivos e culturais para públicos privilegiados, que geraram profundos impactos sobre a população em situação de rua. No Brasil, também se manifestam essas práticas e observa-se o crescimento de medidas anti-população em situação de rua, em nossas cidades. Neste sentido, a pesquisa aponta que 54,5% desta população já foi vítima de discriminações e impedimento de entrada em locais públicos, comércio, shopping centers, bem como de utilização da rede de saúde e de transporte coletivo, entre outros.

Essas práticas de exclusão dessa população por parte das cidades levou alguns especialistas – Mike Davis, Neil Smith (1996), entre outros – a pensar o espaço das cidades como o lugar da punição, da opressão e da revanche. Desde o início dos anos 90 esses especialistas descrevem a cidade como repressiva e punitiva para os pobres, particularmente nos Estados Unidos.

As origens da cidade punitiva estão diretamente ligadas às práticas neoliberais que impuseram as regras do capital e a lógica de mercado como solução para os problemas urbanos, frequentemente acompanhada de transformações urbanas que não levam em conta os direitos humanos das populações em situação de rua.



Para atrair e reter o capital as cidades procuram construir imagens positivas através de projetos de transformação urbana que sistematicamente tentam esconder as diferenças entre os ricos e os pobres, estabelecendo rígido controle sobre as populações marginalizadas, levando à emergência de práticas higienistas, punitivas e repressivas contra essas populações.

O professor Neil Smith (1996) introduziu o conceito de cidade revanchista: "a cidade revanchista é representativa de uma violência vingativa e reacionária contra várias populações acusadas de roubar a cidade das classes superiores [de cor branca]".

Lembramos que o termo revanchismo vem do substantivo francês *revanche*, que significa reparação dura, rude, de afronta, ofensa, vingança, donde revanchismo é o ato pelo qual alguém busca desferrar-se de ofensa ou agressão recebida. Hoje em muitas cidades do mundo observam-se as práticas citadas.

Grandes centros urbanos, como São Paulo são exemplos dessa situação, marcada pela polarização extrema entre ricos e pobres. Os ricos vivem em condomínios fortificados, em geral se deslocam na cidade em viagens de helicópteros e trabalham nas chamadas "zonas de investimento global", considerados pontos chave para acumulação e controle do capital global. No extremo oposto, está a população em situação de rua, espalhada na cidade de plástico e de papelão.

Em decorrência de um amplo processo macroestrutural, essa população foi empurrada para a rua somando-se a isto os diversos fatores biográficos da vida de cada um, que tornaram algumas pessoas mais vulneráveis do que as outras.

Essa população sofre na pele as práticas da cidade revanchista, bem como outros expedientes repressivos e dispositivos legais que não apenas restringem severamente a sua mobilidade, e o seu acesso aos espaços públicos da cidade, como também criminalizam ou tentam torná-los invisíveis, ou mesmo os exterminam. O trágico massacre de 7 moradores de rua ocorrido em agosto de 2004, na região central da cidade de São Paulo é um exemplo dessa situação.

A repressão também se manifesta contra as atividades exercidas pela população em situação de rua para geração de renda, como é o caso da catação de materiais recicláveis.

Dentre as atividades remuneradas, a pesquisa apontou que essa população está engajada em atividades nas áreas de construção civil ou limpeza, ou exercem ocupações como flanelinha – guardador de carros –, carregador, estivador ou catador. A principal atividade é a catação de materiais recicláveis, sendo que 27,5% desta população trabalha nesta condição. A partir desta constatação devemos analisar a contribuição desta porcentagem da população em situação de rua que vive da catação, bem como o significado e alcance desta atividade contemporaneamente.





Recolher objetos e materiais pós-consumo, descartados por outras pessoas, constitui-se hoje numa atividade preponderante entre populações despossuídas, do primeiro ao terceiro mundo. Trata-se de um sistema, no qual o descarte da sociedade afluente se torna o capital dos despossuídos. A catação vem contribuindo para a redução da pobreza e apresenta impactos sociais e ambientais significativos, articulando os dois grandes desafios do presente século: redução da pobreza e preservação do meio ambiente. Todos os tipos de materiais são recolhidos das ruas: papel, papelão, plástico, vidro, alumínio, metal e são reintroduzidos no ciclo da produção, movimentando a economia da reciclagem.

Apesar da grande relevância das atividades dos catadores, eles também estão sujeitos às mesmas práticas repressivas e revanchistas, utilizadas em muitas cidades contra a população em situação de rua. O catador é participante ativo e decisivo na coleta seletiva.

Dentre as principais contribuições dos catadores, vale mencionar a redução do custo de operação dos aterros sanitários e da coleta convencional de lixo; a redução de custos de energia e matérias primas através do aproveitamento de resíduos sólidos; a expansão nas atividades de reciclagem de materiais; e a geração de renda.

No contexto das tecnologias espaciais de dominação, revanchismo, nymbiismo, entre outras é preciso reconhecer também, como apontou Michel Foucault, no célebre ensaio "Des espaces autres", [De outros espaços] que as ligações entre espaço, conhecimento, poder e política cultural devem ser vistas ao mesmo tempo como opressivas e possibilitadoras, compostas não somente pelos perigos autoritários, mas também pelas possibilidades para resistência.

Nesse sentido, é grande a contribuição dos catadores engajados na coleta de recicláveis para a promoção da cidadania e para a justiça ambiental, nesse momento em que todos buscamos a sustentabilidade.

Enfim, a pesquisa nos mostra a existência de brasileiros discriminados, excluídos da sociedade, não documentados, sem acesso a programas de governo, não votantes e quase 80% fazem menos que uma refeição por dia, sendo que 20% não se alimentam diariamente. Mesmo em condições tragicamente adversas, 71% trabalham e exercem atividades remuneradas, a maioria das quais no espaço público.

Diante desse quadro, é preciso pensar de forma interdisciplinar e articulada. É necessário propor abordagens críticas e criativas para enfrentar as contradições inerentes à vida na rua e quebrar o ciclo do "Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come", como disseram Ferreira Gullar e Oduvaldo Viana Filho no título da peça teatral de sua autoria, no ano de 1966.

BIBLIOGRAFIA

FOUCAULT, Michel. *De outros Espaços*. (Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de Março de 1967). Disponível em www.virose.pt.

FRY, Tony. *Design Futuring. Sustainability, Ethics and New Practice*. Oxford, Berg, 2009.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo. *Cidades de Plástico e Papelão*. O habitat informal dos moradores de rua em São Paulo, Los Angeles e Tóquio. Tese de Livre docência, São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo. *Arquitetura, os moradores de rua e a transfiguração de nossa sociedade*. ArqTextos 7, número 7. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007, p.12-15. (http://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_7/7/).

SMITH, Neil. *The new Urban Frontier*. Gentrification and the revanchist city. New York, Routledge, 1996.

TAKAHASHI, Lois. *Homelessness, AIDS and stigmatization*. The NIM-BY síndrome in the United States at the End of the Twentieth Century. Oxford, Clarendon Press, 1998.









ELAS DA RUA: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A QUESTÃO DE GÊNERO

"O olhar tem algo de estranho, de paradoxal: a total facilidade de olhar contrasta com a dificuldade de olhar bem. Se há luz, só de abrir os olhos as coisas que nos rodeiam nos aparecem, mas, em compensação, é preciso prestar atenção, reparar bem, para perceber aspectos da realidade e, sobretudo, para perceber as coisas de outra maneira"

Josep M. Esquirol

Júnia Quiroga

Marina Novo

Doutora em Demografia, Diretora de Avaliação e Monitoramento da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Mestre em Antropologia Social, Técnica do Departamento de Avaliação e Monitoramento da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.



ASSIM
ASSIM
GRATIS
CONTÉM 24 FRASCOS
CONTEUDO UNITÁRIO 400ml
CONTEUDO TOTAL 14400ml

A população em situação de rua constitui um segmento populacional peculiar. Trata-se de um grupo que ocupa espaços urbanos considerados marginais e, em função disso, permanentemente sujeito às mais diversas formas de violência – não só física, mas também moral –, à exclusão e a vulnerabilidades. É sabido que esta é uma população heterogênea, composta por diversos “tipos” e perfis, todavia, pouco se sabe e se fala a respeito de um dos subgrupos que compõem essa população: as mulheres. Minoria e em condições extremas, como vivem estas mulheres? Quantas são? O que fazem? Como fazem?

O I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua traz algumas questões que ajudam a conhecer um pouco mais estas mulheres e nos auxiliam a olhar para elas com olhos diferentes. Mesmo não sendo a intenção original da Pesquisa, alguns de seus resultados unidos a dados apresentados em outros estudos, permitem que se façam alguns questionamentos e considerações a respeito da situação de vida das mulheres que vivem nas ruas do Brasil.

MULHERES NA RUA

Conforme apresentado no artigo I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – Síntese dos Resultados (SAGI, 2009) deste mesmo livro, de todas as pessoas entrevistadas, 82% (o que equivale a 22.669 pessoas) eram homens e apenas 18% (4.964) mulheres. Esta diferença significativa não acontece por acaso. A vida na rua apresenta desafios muito intensos para a vida de uma mulher, em função de suas especificidades em relação aos homens. As obriga a lidar com uma realidade profundamente masculinizada e cheia de preconceitos, situação esta que se impõe de forma muito mais brutal do que os casos de violência e preconceitos vivenciados cotidianamente por grande parte das mulheres que não estejam em situação de rua. Isto porque são consideradas frágeis e, portanto, “menos adaptadas” a esta situação extrema, o que faz com que sejam percebidas como “vítimas fáceis”.

Além destas dificuldades, a vida na rua para estas mulheres exige também que lidem, cotidianamente, com uma diversidade de fatores e situações que envolvem diretamente a relação com o corpo, a sexualidade e, algumas vezes, o cuidado dos filhos (cerca de 20% do total de mulheres entrevistadas declararam ser responsáveis por alguma criança e/ou adolescente nas ruas e/ou albergues, enquanto que dos homens, apenas 4,3% o fazem). Estas situações, por sua vez, implicam na necessidade de criarem estratégias específicas de sobrevivência,

conforme se observa em outras pesquisas¹, optando muitas vezes por se “travestirem” a fim de evitarem – ou ao menos reduzirem as chances – as violências, especialmente as sexuais.

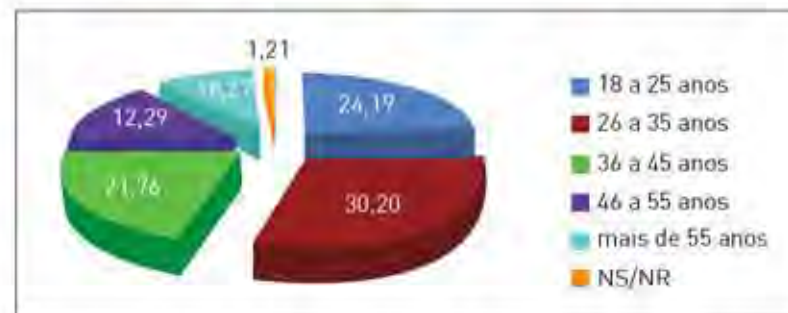
Envolve ainda a necessidade de lidar (e porque não, reinventar) com um estereótipo criado com base em uma imagem “feminina ideal” – da “mulher-mãe”, a “mulher-cuidadora” – estereótipo presente tanto no senso comum quanto nas próprias políticas públicas (especialmente da Assistência Social) que valorizam o papel da mulher dentro da família.

Todas estas questões contribuem grandemente para a desproporção no número de mulheres vivendo nas ruas, em relação aos homens. Apesar desta desproporção, quando se trata de definir o perfil deste grupo, pode-se supor ao se olhar os dados de forma inadvertida, que os dois grupos sejam muito semelhantes, já que se observam muitas semelhanças no comportamento dos dados encontrados para homens e mulheres. Apesar desta aparente semelhança, as informações ganham contornos diferenciados em se tratando de mulheres e homens em situação de rua.

¹Entre outros, Cf. FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de uma rua em São Paulo*. UNICAMP/IFCH, Campinas: s.n. [2004]. 361p. (Tese de Doutorado).

Por exemplo, quando se trata da faixa etária desta população, a maior parte tanto de mulheres como de homens, encontra-se em idade produtiva, ou seja, entre 18 e 55 anos, apenas com a diferença de que as mulheres tendem a ser mais jovens. Todavia, esta situação por si só implica em diferenças significativas entre os dois grupos, considerando-se o fato de o período reprodutivo feminino estar concentrando precisamente nessa faixa.

Gráfico 1 - Mulheres em situação de rua por faixa etária

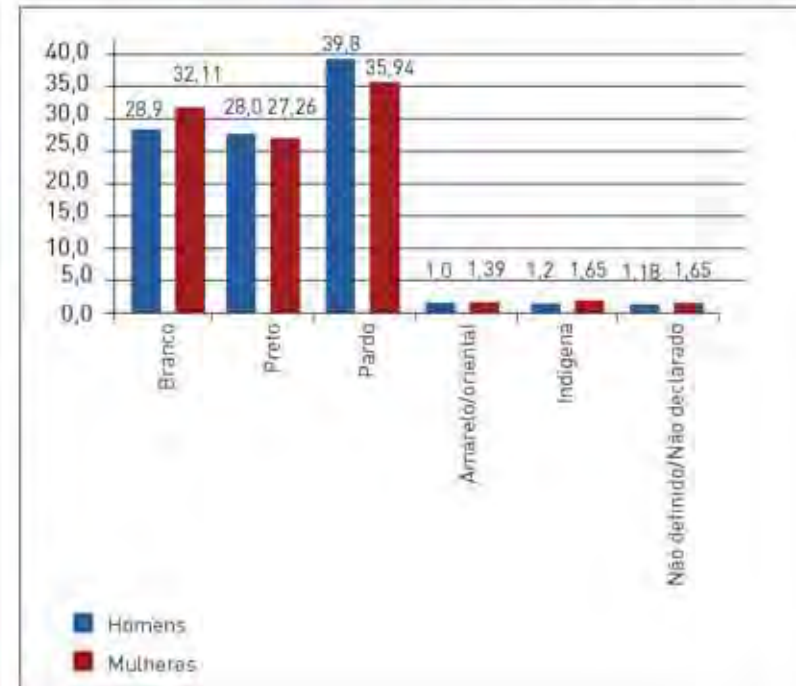


Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – 2007/8

Ainda em relação ao perfil destas mulheres, grande parte delas estudou apenas até a 4ª série do ensino fundamental (com um total acumulado de 45,87%, em comparação a 42,14% de homens com o mesmo perfil) e apenas 2,28% delas concluiu o ensino médio. Comparativamente, mais mulheres não sabem ler e escrever em relação aos homens: 16,18% de homens em comparação a 21,87% de mulheres, o que pode ser mais um indicio da maior vulnerabilidade feminina quando se trata da situação de rua².

No que diz respeito à raça/cor, a maior parte das mulheres se auto-identifica como parda, seguida da identificação como branca, conforme se observa no gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Mulheres e Homens em situação de rua por raça/cor



Fonte: Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – 2007/8

Outra questão que merece destaque é a trajetória destas mulheres por instituições prisionais e/ou de saúde³: 21,4% afirmaram que já estiveram em hospital psiquiátrico (em contraposição a 15,9% dos homens) e 20,5% em casas de recuperação de dependentes (comparado a 29,5% de homens). Por um lado, este alto índice de mulheres que já passaram por instituições psiquiátricas e de recuperação pode ser um indicativo das razões de sua ida – ou permanência – nas ruas.

³A questão que perguntava sobre essa trajetória aceitava múltiplas respostas.

²De acordo com dados da PNAD 2007-2008, na população em geral, as taxas de analfabetismo para homens e mulheres são muito próximas, mas a tendência é inversa, com maior proporção de homens analfabetos: 9,6% em comparação a 9% de mulheres.

Ao mesmo tempo, 79,2% das mulheres contra 46,8% dos homens afirmaram que já haviam passado ao menos por algum hospital. Estas situações podem indicar, uma vez mais, a maior vulnerabilidade das mulheres e as razões de sua ida - ou permanência - nas ruas ou, por outro lado, a reprodução de uma situação amplamente comentada pela literatura de que as mulheres, de forma geral, tendem a ter mais cuidados com a saúde do que os homens.

O pequeno número de mulheres (em comparação à quantidade de homens) vivendo nas ruas pode ser um indicativo de que muitas mulheres optam por permanecer em suas casas, muitas vezes suportando situações de violência e opressão – situações indicadas por 22% dos homens como a principal razão para passarem a viver nas ruas/albergues –, a terem que morar nas ruas, enfrentando as dificuldades que esta vivência implicaria.

Quando perguntadas sobre as razões de terem ido para as ruas, a principal razão indicada por 22,56% das mulheres é a perda da moradia, seguido de problemas familiares (21,92%), alcoolismo e drogadição (11,68%) e o desemprego (8,8%). O fato de a perda da moradia aparecer como razão principal para a ida às ruas é mais um fator que corrobora a hipótese levantada anteriormente de que as mulheres veem a rua apenas como última opção, nem sempre vinculada à noção de liberdade, tão frisada pelos homens.



SAÚDE, HIGIENE E CUIDADOS

Os cuidados com o corpo, saúde e higiene no caso de quem vive nas ruas são extremamente precários e as condições em que vivem exigem que sejam encontradas estratégias para conseguir suprir as necessidades básicas cotidianas afetas a estes cuidados. A maior parte das mulheres (81,1%) afirmou que realiza ao menos uma refeição ao dia, refeição esta comprada com dinheiro próprio por 20,5% delas, conseguida em programas assistenciais (17,54%), ou ainda pedindo para as pessoas que circulam pelas ruas (14,35%). Muito em função desta precariedade e também refletindo as razões da ida às ruas, 35,54% das mulheres afirmam ter problemas de saúde, em contraposição a 28,6% dos homens.

As doenças que foram mais comumente informadas pelas entrevistadas são as de ordem psiquiátrica (9,0%), a hipertensão (8,3%), diabetes (8,3%), problemas de visão/cegueira (5,1%) e a aids (5,1%). Outro número que merece destaque é o de mulheres que disseram fazer uso de algum medicamento no momento em que foi feita a pesquisa: 27,8%, enquanto que entre os homens, responderam positivamente 17,04%. Esta é outra informação que pode ser lida de duas formas distintas: por um lado, indicando a maior incidência de doenças entre as mulheres e, por outro lado, indicando o fato já citado de as mulheres serem, na maior parte das vezes, mais cuidadosas e/ou preocupadas com a saúde do que os homens.

A respeito das condições de higiene, distintamente dos homens, quando perguntadas sobre os locais utilizados para tomar banho, a maior incidência de respostas para as mulheres foram os albergues

e abrigos (35,8%), seguidos pelas ruas (28,47%) e banheiros públicos (12,7%). Mais da metade das mulheres entrevistadas afirmaram que procuram locais que fornecem alguma privacidade para o banho, enquanto que entre os homens este número está em torno de 45%. Esta informação nos leva uma vez mais a pensar nas especificidades de ser mulher nas ruas e das formas encontradas por elas para lidarem com situações desagradáveis, constrangedoras e insalubres.





DESDE 1950
ajudando a preservar a natureza
4005-8844
Brasil

AMANDA



OPORTUNIDADES E PRECONCEITOS

Um dado interessante e que demonstra a diferença de oportunidades entre homens e mulheres em situação de rua é a frequência com que ambos afirmaram já terem trabalhado alguma vez com carteira assinada. Enquanto para os homens este percentual chega a 52,2%, para as mulheres entrevistadas este percentual é de 26,4% apenas. Estes números são especialmente significativos se considerarmos que, conforme apontado anteriormente, tanto homens quanto mulheres em situação de rua encontram-se em idade produtiva, havendo inclusive maior prevalência de mulheres nos grupos etários mais baixos e, portanto, com maior possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

Os dados também apontam uma diferença percentualmente pequena, mas que merece ser considerada, de mulheres que são impedidas de entrarem em locais públicos ou acessarem serviços como tratamentos de saúde, shoppings center e órgãos públicos, tendência esta que se inverte apenas quando se trata de estabelecimentos comerciais, conforme se observa na tabela a seguir:

Tabela 1 – População em situação de rua por sexo e locais em que foram impedidos de entrar ou atividades que foram impedidos de realizar, segundo sexo

Locais em que foram impedidos de entrar ou atividades que não puderam realizar	% de Homens	% de Mulheres
Tratamento de Saúde	18	20,3
Transporte Coletivo	29,6	31
Shopping Center	31,1	32,6
Estabelecimentos Comerciais	31,9	31,4
Órgãos Públicos	21,7	21,9
Bancos	26,2	29,4
Tirar Documentos	13,8	14,4
Outro	1,4	0,9

Fonte: I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua – 2007/8

Por outro lado, e muito possivelmente pelo fato de as políticas de Assistência Social privilegiarem o pagamento de benefícios às mulheres e pelo fato de elas se encontrarem efetivamente em situação de maior vulnerabilidade, porcentagem maior de mulheres afirmou que recebe algum tipo de ajuda ou benefício do governo em contraposição aos homens, ainda que a cobertura seja baixa para os dois grupos: 82,6% das mulheres não recebem nenhum tipo de benefício contra 89,7% dos homens. Do total de mulheres que recebem algum benefício, 34,2% recebem o Bolsa Família, 21,5% aposentadoria e 9% o Benefício de Prestação Continuada.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme se pode observar a partir dos dados apresentados ao longo deste artigo, as mulheres em situação de rua constituem o grupo mais vulnerável de uma população que, pelas condições em que (sobre) vive, pode ser considerada nos limites inferiores de pobreza e vulnerabilidade.

Esta pesquisa, em função de seus objetivos serem outros, não nos permite um olhar mais acurado acerca de algumas questões como as estratégias de sobrevivência destas mulheres, por exemplo, mas por outro lado fornece um panorama muito consistente a respeito das dificuldades e especificidades deste grupo. E ainda mais importante do que isso, permite fazer ver estas mulheres que passam por nós diariamente e que são quase sempre tratadas com indiferença, truculência e preconceitos. Nos esquecemos que "do outro lado" está alguém com necessidades, vontades e direitos, assim como nós, mas que por razões diversas encontra-se marginalizada e apartada do convívio social mais amplo.

Esta pesquisa lançou a possibilidade e criou a obrigação de que, a partir de agora, seja feito por parte de todos – seja o poder público ou sociedade civil – um esforço cada vez maior de não apenas olhar para estas pessoas, mas de "olhá-las bem".







POPULAÇÃO DE RUA: VIDAS E TRAJETÓRIAS

Movimento Nacional de População de Rua



DORMINDO SEM GARANTIA
NOITES DE SOLIDÃO
ME CUBRO COM MEDO
POR COLCHÃO O PAPELÃO

Não podemos precisar o exato momento da nossa história em que se deu o surgimento de pessoas vivendo literalmente nas ruas das cidades brasileiras. Porém, foi na década de cinquenta que esse fenômeno começou a se tornar visível.

Muitos adultos, quando lembram de sua infância, lembram da mãe, da tia, ou de uma irmã ou irmão mais velho dizendo que se não obedecessem seriam levados pelo “velho do saco”. Quando ouvíamos isso, a primeira imagem que vinha à cabeça era a de um homem de idade avançada, barbudo, cabeludo, mal trajado e que levava nas costas um saco misterioso.

Há poucas décadas, quando uma criança se entretia com futebol ou pique esconde e, por consequência, se atrasava em voltar para casa, assim que chegava era chamada pelos pais de “moleque de rua”. Isto era dito e ouvido como sendo o pior dos males.

Com o surgimento das grandes construções decorrentes do processo de desenvolvimento urbano, principalmente na região sudeste do país, houve uma intensa migração (êxodo rural) para essa região, sobretudo de famílias das regiões Norte e Nordeste. Se somarmos a isso a mecanização da mão de obra no campo, perceberemos que milhares de famílias foram obrigadas a buscar alternativas de sobrevivência nas grandes cidades, sendo esta a provável causa do esvaziamento do campo e da superlotação das cidades. Esses são alguns dos principais elementos responsáveis pelo surgimento da hoje chamada população em situação de rua.

A verdade é que essa população, formada por indivíduos e famílias vivendo nas ruas, surgiu lentamente, cresceu e ainda continua cres-

cendo em um ritmo muito mais acelerado do que antes.

Neste processo de surgimento dos centros urbanos, quem havia de fato confeccionado as grandes edificações, não tinha o direito nem de morar por perto, sendo expulsos para as periferias. Somou-se a isso o fato de que, com as cidades superlotadas, era – e ainda é – possível exigir o perfil ideal para os candidatos ao preenchimento de qualquer vaga no mercado de trabalho, por mais simples que ela fosse.

Morando nas periferias dos grandes centros urbanos e desempregados, restavam poucas alternativas às pessoas, e uma delas era vender mercadorias nos sinais de trânsito ou nas calçadas das cidades. Com o surgimento dessa atividade considerada ilegal pelo Estado, pois sobre ela não se arrecadam tributos, veio a repressão violenta e desumana por parte dos agentes de segurança pública. As pessoas que encontraram na venda destes materiais um meio de sobrevivência passaram a ser perseguidas, muitas vezes presas, a terem suas mercadorias apreendidas e conseqüentemente, ficavam sem nada, nem mesmo o dinheiro que haviam investido. Sem mais nenhuma opção, só lhes restava a rua ou os serviços de abrigamento noturno. Portanto, podemos considerar que estavam literalmente na rua.

Aqueles que persistiram nessas atividades, devido aos altos preços do transporte urbano, também passaram a optar por dormir em albergues ou qualquer outro espaço próximo aos locais onde exerciam as suas atividades para garantir a sobrevivência.

Nas rodas de conversa em albergues, ruas ou grupos alternativos, descobrimos que os motivos da ida para as ruas variam de pessoa para pessoa, porém, os mais citados são: o desemprego, as desavenças com pais e irmãos, o fim do casamento, o desejo de se aventurar para conhecer novas cidades e novas oportunidades e a busca por trabalho. Para o Movimento Nacional de População de Rua isso faz sentido. Com a fuga em massa do campo para a cidade, que na época parecia brilhar como o "eldorado", o sertanejo acreditava que ficaria rico em pouco tempo. Poucos ficaram, a maioria não. Ao contrário, foram sendo empurrados cada vez mais para as periferias ou encostas das cidades, contribuindo para o surgimento das favelas.

As famílias das periferias dependem do trabalho do pai e da mãe para sobreviverem. Os filhos pequenos ficam sempre sob a responsabilidade de irmãos mais velhos ou de outras pessoas. Com os pais saindo de manhã cedo e chegando sempre à noite, ou seja, passando curto espaço de tempo na companhia dos filhos, fica difícil educar e orientar para uma vida social que conduza à formação adequada das crianças. Todo esse corre-corre da vida diária resulta em um stress inevitável, onde uma simples depressão se torna uma grande desavença, responsável por inúmeras separações de famílias, o que tem levado muitos homens, mulheres e até crianças a viverem em situação de rua. Com a desilusão amorosa e a fria vida nas ruas, essas pessoas se entregam ao uso de álcool e drogas desde muito cedo, dificultando o retorno à vida social convencional.

Existem também entre nós, da população em situação de rua, os chamados trecheiros. São pessoas que buscam oportunidades de

trabalho em outros lugares, ou que têm o desejo de conhecer novas cidades. Geralmente andam a pé, vivem do artesanato e pequenos bicos que fazem nas cidades ou na zona rural, nas curtas paradas de descanso ou para compra de materiais que servem como matéria prima de seus artesanatos.

Esses homens e mulheres que há tempo romperam com a família e com o mundo do trabalho engrossam - e muito - as fileiras da população em situação de rua. São ainda mais invisíveis que o restante dos moradores e moradoras de rua, pois geralmente estão em trânsito pelas rodovias de todo o país, porém não se pode de modo algum ignorar sua existência.

Não é possível precisar datas nem nomes, porém o fato é que, com o aumento de pessoas vivendo nas ruas, grupos ligados principalmente às igrejas, com a intenção de ajudar, começaram a se mobilizar levando alimentos, roupas e remédios àqueles que mais necessitam. Movidos pelo espírito de caridade e do amor cristão, não mediram esforços para atender a essas pessoas. Muitos de nós sobrevivemos aos piores momentos na rua graças à dedicação incansável dessas pessoas.

Os grupos dessa natureza sentiram então a necessidade de se organizar para melhor atender a demanda do público que aumentava a cada dia. Parte deles descobriu que não bastava a alimentação, roupas etc. e passaram a prestar outros serviços a essas pessoas.

Ocas



Nº 253

A única coisa que
nós pedimos é que
você leia mais!

Angel Albornoz



ALRO

DA
NASC

Lista da casa

Como a vida em grupo

Luz, água, gás, telefone e internet: a maioria das propriedades não tem e a sua casa, Pág. 7

Começaram a surgir movimentos espontâneos, sem nenhum tipo de ajuda por parte do poder público. Um exemplo é o que aconteceu com os catadores de materiais recicláveis que viviam nas ruas catando papelão e outros recicláveis, e deram origem a associações, cooperativas e, posteriormente, ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Foram criados modelos alternativos de atendimento em parceria com universidades e outros grupos, visando corresponder às diversas demandas da população em situação de rua. Em seguida, de maneira ousada, as reivindicações passaram a ser transmitidas diretamente por estes órgãos e entidades ao poder público. Foram eles que, como veremos adiante, nos ajudaram a formar o Movimento Nacional de População de Rua (MNPR), movimento que passou a ser um valioso instrumento na luta social e política da população em situação de rua, fazendo ecoar ainda mais forte o grito vindo da rua.

Em 19 de agosto de 2004 ocorreu um fato que jamais vamos esquecer. Um episódio que ficou conhecido como a chacina da Praça da Sé, onde sete moradores de rua foram brutalmente assassinados, sem nenhum motivo que justificasse tamanha covardia. A notícia correu o país provocando grande comoção social, mas apenas isso.

O que se pode extrair de positivo dessa tragédia é a maior visibilidade ao grande contingente de pessoas vivendo nas ruas, entregues à própria sorte, sem nenhum amparo ou proteção. A chacina da Praça da Sé, lembrada sempre com muita tristeza por todos nós, moradores e ex-moradores de rua, é um marco histórico em nossa luta por direitos. Até hoje, porém, os responsáveis não foram julgados.





GRUPO ESCOTEIRO
PITIGUARI 275P

QUERRADO





Vidas foram ceifadas pelo simples fato de dormirem em um espaço público, sendo esta a maior explicitação, em nossa opinião, da criminalização da pobreza. Após a chacina, os grupos e as pessoas que desenvolviam trabalhos com as pessoas em situação de rua mobilizaram algumas lideranças da própria população de rua no sentido de cobrar ações concretas das autoridades, com alternativas para as pessoas que se encontram nessa situação.

O Festival Lixo e Cidadania, cuja proposta é dar visibilidade ao importante trabalho dos catadores, vivia então o seu quarto ano. As organizações, junto com algumas pessoas com trajetória de rua, aproveitaram o evento e convidaram moradores de rua de outras cidades para possibilitar o encontro. Essa iniciativa provocou o desejo entre a população de rua de organizar-se, surgindo como consequência o Movimento Nacional de População de Rua. A partir de então, este segmento participa ativamente do Festival, trazendo demandas e propostas para discussão com políticos e pensadores diversos.

A nossa participação neste espaço, somada aos encontros de capacitação que promovemos em parceria com as entidades que trabalham conosco, têm promovido o crescimento e o conhecimento político e histórico, que tem nos ajudado na organização e articulação com o poder público e com outros segmentos da sociedade.

O surgimento do MNPR se deve ao descaso das autoridades, à violência nas ruas e aos grupos que têm essa população como público alvo de trabalho. É claro que o Festival Lixo e Cidadania contribuiu, colocando nossas principais questões em discussão, sem intermediários, ou seja, diretamente entre nós, o poder público e os grandes

estudiosos do tema a quem muito devemos, pois nos ajudam na formulação de políticas públicas sociais. Assim que o festival de 2004 se encerrou com o Movimento recém-formado, foi marcada uma reunião com as lideranças de São Paulo e Belo Horizonte, na qual foram acordadas as primeiras diretrizes.

Em 2005 foi realizado em Brasília o I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, que visou discutir a situação dessa população, fato marcante para o movimento e para o governo federal, pois ali se iniciava uma nova fase de relacionamento entre o poder público e os moradores de rua. Pela primeira vez, os moradores de rua adentravam um espaço governamental tão importante.

No dia 25 de outubro de 2006, após estudos e análises feitas tanto pelo governo como pela sociedade civil organizada, foi assinado pelo Presidente da República, Sr. Luis Inácio Lula da Silva, o decreto criando o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), formado por representantes de seis ministérios: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho, Ministério da Educação, Ministério das Cidades e Ministério da Cultura mais a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, a Sociedade Civil representada pela Pastoral do Povo da Rua e pelo Movimento Nacional de População de Rua. A finalidade da criação do GTI foi a de elaborar uma política de inclusão social dos moradores de rua.

Foram inúmeras reuniões em Brasília, momentos de escuta e conversas no sentido de apresentar propostas para a elaboração da política voltada à inclusão da população de rua. Uma das atribuições

do Grupo de Trabalho foi a de pensar uma pesquisa que permitisse conhecer o perfil da população em situação de rua. O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) lançou edital de licitação e contratou a empresa vencedora para executar a pesquisa. O Movimento acordou com a empresa contratada e com o MDS que sua contribuição na pesquisa se daria com a participação direta de algumas pessoas, tanto nas capacitações das equipes como no trabalho de campo. O Movimento, por contar com um número pequeno de pessoas na equipe de coordenação, não pôde acompanhar a pesquisa nos setenta e um municípios onde foi realizada, mas onde se fez presente procurou contribuir no sentido de legitimar o trabalho. Para realizar essa tarefa, algumas pessoas em situação de rua foram inclusive contratadas como pesquisadores em algumas cidades. Consideramos a pesquisa valiosa e imprescindível para a eficácia das políticas a serem implementadas. Será ainda objeto de estudo em escolas e universidades, com o intuito de melhor preparar os futuros profissionais, principalmente os da área social, que optarem por trabalhar com esse público.

A presente pesquisa apresenta dados que confirmam os resultados de outros trabalhos já realizados por iniciativas locais, como por exemplo a questão dos negros, que sempre foram discriminados e marginalizados. Entre os demais pontos da pesquisa vale a pena destacar que, ao contrário do que muitos pensavam e da história da própria população de rua, a maioria é constituída por pessoas do próprio estado onde foram entrevistadas, não se caracterizando mais como migrantes.



Ainda que o trabalho não tenha sido feito em todo o país, a pesquisa traz um retrato da população de rua em 71 municípios e aponta elementos suficientes para a implantação de uma política capaz de orientar o enfrentamento e as dificuldades encontradas pelas pessoas em situação de rua, proporcionando aos gestores públicos um caminho para a solução desse grave problema social que aflige a sociedade brasileira.



Acreditamos ser humanamente impossível implementar qualquer serviço sem antes saber a quem ele se destina, daí a importância da pesquisa. Toda a mobilização social que culminou na criação do GTI deu visibilidade ao Movimento, que assumiu o papel de protagonista nas discussões sobre as questões da rua.

Com um novo posicionamento das organizações dando apoio total ao Movimento, o mesmo passa a pleitear espaço nas esferas públicas, principalmente na área da assistência social. Atualmente, o Movimento tem assento no Conselho Distrital de Saúde em Belo Horizonte, na comissão do Orçamento Participativo de Belo Horizonte e no Fórum Mineiro de Direitos Humanos. Nacionalmente, a maior conquista nesse sentido foi a eleição de um membro para o Conselho Nacional de Assistência Social. Todos esses espaços nos permitiram conquistas de grande valor para resgate de nossa autoestima e dignidade.

O modelo de Estado adotado e implantado no país visa somente o crescimento econômico, sem pensar no desenvolvimento social e na qualidade de vida para todos. A agilidade com que se constroem edifícios, avenidas e praças, não se aplica em nenhum momento às perspectivas de uma política mais humana e social. O que se vê é a população de rua sendo retirada do único espaço que lhe restou, muitas vezes com o uso da força policial, sendo amontoados em albergues sucateados, ou mesmo expulsos das cidades.





Vemos com preocupação a omissão por parte do Estado, pois as chamadas secretarias municipais de assistência social nada resolvem. Elas conduzem programas paliativos e em nenhum momento discutem políticas estruturantes que promovam a inserção da população de rua.

Os programas sociais dos governos municipais por nós conhecidos são, em sua maioria, terapias ocupacionais, ou seja, visam ocupar nosso tempo e nunca primam pelo protagonismo. As secretarias têm nos transformado em verdadeiras marionetes. Todos os dias precisamos falar com uma assistente social. Nossa indignação diante da realidade insuportável é tratada como distúrbio mental por muitos profissionais das referidas secretarias. Parecem não compreender que o que de fato precisamos e queremos: trabalho, direito à educação e à saúde, enfim, todos os direitos garantidos pela constituição federal a todos os cidadãos e que nos foram tirados quando, por falta de opção, nos tornamos pessoas em situação de rua.

Como se não bastasse a omissão, o Estado tem agido de forma repressiva. As prefeituras, por meio de seus agentes, abordam todos os moradores de rua de forma truculenta, mostrando seu despreparo ao lidar com esse público. A polícia militar e os demais agentes de segurança pública têm feito intervenções nos espaços públicos por nós ocupados de forma arbitrária e intimidatória, agindo sempre com ameaças e nos expulsando do único espaço que restou, ou seja, a rua. Agindo dessa forma eles mostram o mesmo despreparo visto nos agentes das prefeituras. Quem deveria garantir segurança, espalha o medo e a insegurança entre os que moram nas ruas.



Urge a necessidade de se vencer a omissão, tanto do Estado quanto da sociedade, que por sua vez nos vira o rosto e faz vista grossa às ações aplicadas contra nós. Cegos pela beleza das praças maravilhosamente revitalizadas, as pessoas não percebem ou não querem perceber que por trás disso existe uma política higienista que busca limpar as cidades, e promover a retirada ou a expulsão do povo da rua. Isso é parte da limpeza. O objetivo desse tipo de ação é proporcionar aos turistas uma visão privilegiada, podendo através de suas lentes, gravar o belo cenário e atender à demanda dos grandes empreendimentos que exigem ruas limpas.

Com o crescimento e a banalização da violência urbana somados à proliferação das drogas, a cada dia mais acessíveis, a rua se torna um lugar cada vez menos seguro e as pessoas em situação de rua são assassinadas e violentadas em várias partes do país pelos mais variados motivos.

O Movimento tem recebido convites nacionais e internacionais para palestras sobre o tema, comprovando que para muitos o assunto ainda é desconhecido. Por meio de seus legítimos representantes, o Movimento tem soltado a voz e sempre traduzido sua realidade no sentido de mostrar as reais reivindicações da rua. Dessa forma ele se coloca à disposição da sociedade e do governo com a intenção de construir alternativas viáveis para este segmento populacional.

Além disso, o Movimento tem participado de debates na imprensa (rádio e TV), além de conceder entrevistas aos jornais sempre que convidado, o que tem propiciado à sociedade maior visibilidade das ações do MNPR.

Com todas essas articulações acontecendo, a população em situação de rua acredita e espera que as três esferas de governo percebam a urgência de implementação de políticas públicas voltadas para a população em situação de rua. Nossa expectativa de futuro é de que os lamentáveis episódios de discriminação e violação de direitos aqui relatados sejam superados o mais breve possível.

Dito isso, temos como perspectiva um futuro melhor, pois acreditamos verdadeiramente que, com o empenho do governo federal, todas as pessoas em situação de rua terão seus direitos respeitados e passarão a reivindicá-los onde quer que se encontrem.









O CAMINHO DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DE INDIVÍDUO À POPULAÇÃO

Aldaíza Sposati

Professora titular do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC-SP; coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social (Nepsas/PUC-SP); coordenadora do Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais (Cedest/PUC-SP-Inpe); Vereadora da cidade de São Paulo (1993-2004); Secretária Municipal de Assistência Social da cidade de São Paulo (2002-2004)



Qual é a população do Brasil? De pronto e consultando um site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou o Google respondemos: 183,9 milhões de habitantes. Mas, se a seguir vier a pergunta: qual é a população que vive em situação de rua no Brasil? Nem o Google nem o IBGE auxiliarão na resposta. Isto ocorre porque os brasileiros são contados a partir de suas casas, seus domicílios, ou diriam os mais antigos, seus fogos. Estes, no caso, descreviam o conjunto de pessoas que se reuniam ao redor de uma fogueira para se aquecer, cozinhar e comer.

Talvez, se o critério de fogos ainda valesse para localizar os habitantes dos centros urbanos e incluísse as fogueiras das latas de sardinha com álcool, para cozinhar ou esquentar comida, os brasileiros que vivem sobre a "sola dos pés", isto é, os sem teto, estariam aí incluídos, pois é assim que se reúnem, ou que se aquecem, sob pontes, viadutos e vãos de marquises.

O Censo Demográfico brasileiro conta a população a partir de um teto, ou domicílio, portanto a primeira grande exclusão da população de rua é essa: não possuem sequer a condição de "gente" para ser recenseada, pois, não contam com um teto para viver. Saber quantos são os brasileiros em situação de rua é o primeiro passo para romper sua invisibilidade e avançar no reconhecimento social de que "são gente", isto é, pessoas humanas, parte da população. Lembro que é indigno a cada um de nós, que existam cidadãos brasileiros vivendo nas ruas.

Por mais paradoxal que possa ser, a rua torna-se um lugar para viver e conviver quando se esgotam as capacidades de autossustento,

do convívio familiar e a alta espoliação gerada pela sociedade para homens e mulheres que a ela pertencem. A rua é a destituição da privacidade, a expressão de vida isolada e nômade. Representa a expressão aguda da quebra de laços de afinidades, de filiações, do pertencimento.

O encontro entre o cão abandonado e uma pessoa em situação de rua é, sem dúvida, um símbolo de mútuo reconhecimento de identidades perdidas. São relações fortes ao ponto de muitos moradores de rua rejeitarem a ida para os albergues quando estes não permitem que o cão o acompanhe. Laços de pertencimento são reatados a partir da relação com pequenos objetos, símbolos e animais.

Saber quantos e quem são aqueles em situação de rua significa transitar da esfera das individualidades para a esfera coletiva da população. É o início do reconhecimento que poderá levar à restauração da identidade social.

A iniciativa do governo federal de identificar os que vivem em situação de rua nas grandes cidades é, sem dúvida, uma decisão que se coloca no âmbito da luta pelo reconhecimento dos direitos humanos para todos os brasileiros.

É preciso esclarecer que essa iniciativa, operada pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), de realizar a contagem nacional dos que vivem nas ruas das cidades brasileiras precisa ganhar sua completude, fazendo com que o IBGE incorpore em seus censos esse segmento populacional e o inclua nos resultados dos censos brasileiros. Tanto o Censo Demográfico, de periodicidade decenal, como a Pes-

quisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) realizada a cada ano não censitário, precisam incluir os não domiciliados em sua coleta de dados, demonstrando a precariedade da vida nas ruas, por mais vexatório que isso possa ser aos brasileiros.

O ano de 2008 incluirá, entre suas marcas, aquela de ter realizado, pela primeira vez na história da sociedade brasileira, a estimativa daqueles que estão em situação de rua nas grandes cidades.

Alguns dirão que se trata de um feito às avessas, já que demonstra a precariedade e a incivilidade, e não o desenvolvimento ou os bons resultados. A estes deve-se responder que o primeiro passo para quem defende os direitos humanos é o reconhecimento da situação de espoliação como uma infringência; o segundo, a restauração da dignidade dos vitimados, e nesta, o alcance de condições de vida decentes e o reconhecimento como cidadãos. Cabe ao Estado no âmbito federal, estadual e municipal exercer esse papel, mesmo que isso represente ao governante de plantão tornar transparente a presença de um problema que exige seu desempenho e compromisso para solucioná-lo.

Com isto afirmo que é um ato de coragem do gestor, prefeito, governador, ou presidente tornar transparente à sociedade a permanência desta forma de violação aos direitos humanos que aparece quase a cada esquina dos grandes centros urbanos.

Naturalizar, banalizar, desconsiderar ou – pior – esconder, jogar jatos de água, afastar para a periferia e adotar medidas higiênicas contra os que vivem nas ruas são, de fato, expressões de fraqueza e não de força dos governantes e gestores.

A política pública de assistência social deve ser desencadeadora do processo de identificação e reconhecimento desse coletivo populacional pela sua responsabilidade em afiançar a segurança de acolhida como proteção e seguridade social. Deve ficar claro que, do ponto de vista da infringência aos direitos humanos, a responsabilidade por essa exclusão alcança o âmbito, não só do executivo, mas da Justiça, do Judiciário e do Legislativo. As múltiplas necessidades desse segmento exigem a ação de diversas áreas do executivo. A assistência social não pode se ausentar de realizar o grito de alerta quanto à infringência dos direitos humanos vivida por essa população.

É imprescindível que se tenha condições de incluir entre as questões a resolver no Brasil, aquelas relativas às pessoas em situação de rua. Este passo supõe a ruptura com a invisibilidade de uma parte dos brasileiros que não são vistos ou tratados sequer como gente, o que dirá como cidadãos portadores de direitos humanos e sociais.

A mera associação dessa situação com a mendicância fez crescer, ao longo dos anos, a noção de que não constituíam um contingente populacional, mas somente indivíduos ou figuras isoladas vagueando pelas cidades.

Eis aqui uma nova noção que a contagem da população em situação de rua permite. Trata-se da identificação de um coletivo, um segmento da população, e não um indivíduo, ou alguns indivíduos. Identificou-se um coletivo de espoliados urbanos nas principais cidades brasileiras. A destituição vista como fenômeno isolado termina por ser banalizada como parte da paisagem: o bêbado, o mendigo, o homem do saco – que assustava as crianças – e assim por diante. No caso das mu-

lheres, sua presença nas ruas sempre adquiriu o rótulo imediato de prostitutas, todavia, muitas das mulheres em situação de rua, sós ou com seus filhos, fogem da violência de seus maridos e companheiros. Preferem a rua ao sofrimento em casa.

Designações fragmentadas nos impedem de enxergar que os "personagens" das ruas do meio urbano mundial, muito mais do que figuras isoladas constituem sim, uma população que é parte do total da população de uma cidade ou de um país. Constatação perversa, mas real, quanto à significativa destituição das condições humanas que se amplia desde o final do século XX e cresce neste terceiro milênio. Porque homens e mulheres que vivem nas ruas foram se multiplicando? O que as políticas sociais e econômicas fizeram ou deixaram de fazer para provocar esse efeito? Estas são seguramente questões que devem compor as análises das condições de vida dos brasileiros.



...a situação de rua...

...do Banco...

ALGUMAS REFERÊNCIAS HISTÓRICAS

Em 1987 a ONU declarou o Ano Internacional do Abrigo para os Sem Teto. Isto veio a fomentar a discussão e a reflexão por parte de agentes de várias organizações que trabalhavam com indivíduos em precárias condições de vida. Em 1989 foi fundada, pela Comissão Europeia, a Federação Europeia de Organização Nacional do Trabalho com os sem teto (FEANISA) que, em 1992, preparou seu primeiro relatório descrevendo contornos dessa situação (MARPSAT, 2008:53-64). No início dos anos 90 ocorreu o reconhecimento da presença de uma população em situação de rua em grandes capitais europeias, a começar por Paris.

Na cidade de Nova York, no fim da década de 70, apareceu uma grande quantidade de pessoas dormindo nas ruas e em locais públicos como parques e terminais de transportes. À época não existia o direito ao abrigo e os poucos espaços destinados a esse fim eram precários. Um dos símbolos dessa situação era o Abrigo Municipal na East Third Street no Bowery. Em 1979, o advogado Robert Hayes resolveu entrar com uma ação contra o Estado de Nova York para que afiançasse o direito ao abrigo daqueles cidadãos que se encontravam nas ruas. Ele tentava resolver a situação do senhor Callahan com quem

cruzava diariamente dormindo na calçada próxima ao seu escritório.

Em 1981 o processo Callahan chegou ao fim com a publicação de um "decreto judicial" que estabeleceu o "direito de acolhida" na cidade de Nova York, destinado, todavia, exclusivamente aos homens. O decreto determinou o padrão de funcionamento dos abrigos quanto a leitos, colchões, dormitórios, roupas de cama, chuveiros, banheiros, lavanderia, equipe de atendimento, lazer, correio e telefone (detalhes em anexo).

Em 1983 o direito ao abrigo foi estendido às mulheres e às famílias por meio de uma nova ação legal, também oriunda do processo Callahan. Mas isto só durou uma década, pois o então Prefeito Rudolph Giuliani, em sua campanha de 1993, pautada na tolerância zero, restringiu o direito ao abrigo e aplicou rígidos critérios de elegibilidade para seu eventual acesso. Os 25 mil pernoites nos abrigos foram reduzidos. Como reação a esse desmanche foi criado, pela sociedade civil, um serviço de ouvidoria para os direitos da população sem teto denominado: Coalização para os sem teto¹. Cada estado americano passa a ter legislação própria sobre a matéria, constatando-se nos últimos anos um retrocesso dos direitos até então obtidos para quem vive nas ruas.

¹Este serviço Homeless Coalization é localizado na 89 Chambers Street, 3^aa, NY, fone 212-964-5900 com Programa de Advocacia que pode ser acionado por telefone. Visitei o trabalho ainda na década de 90 e pude constatar sua efetividade.





Na Europa a elaboração do Plano Urbano de Paris, em 1991, incentivou a elaboração de vários estudos sobre a população sem teto que ocupava os espaços públicos. Outra ação de efeito que ocorreu no mesmo período foi o “desafio” que o Abade Pierre, figura emblemática do trabalho com os “sem abrigo” na França, apresentou para os candidatos às vagas do parlamento. Ele propôs que assinassem um manifesto de compromisso com a efetivação de uma política a favor dos sem teto. Essas iniciativas, entre outras, levaram a que o *Conseil National de l'Information Statistique* (CNIS), da França, assumisse a realização de um programa estatístico de âmbito nacional. O Instituto Nacional de Estudos Demográficos (INED), da França, criou em 1995 um método de amostragem da população sem teto e fez uma primeira enquete piloto em Paris. Esse método foi aperfeiçoado e generalizado pelo CNIS. A enquete francesa – INSEE de 2001 – foi a primeira de âmbito nacional sobre os sem teto realizada na União Européia. A contagem de 1944 (CNIS/INED) distinguiu a população em situação de rua em três grupos: os “sem teto estrito senso”, aqueles que vivem na rua ou em abrigos improvisados; os que viviam em moradias substitutas, isto é, em espaços emprestados; e os que viviam em casas pobres. As questões postas eram: quantos sem teto estavam em certa data, em certo local? Quem eram e de onde procediam? Como eles se arranjavam para resolver suas demandas e se tinham vontade de procurar outra solução à de permanecer nas ruas? O desenvolvimento desses estudos gerou, 10 anos após, a primeira proposta da União Européia para que os países membros realizassem a medição dos sem teto e desenvolvessem uma classificação da

população sem teto (European Typology on Homelessness and Housing Exclusion – ETHOS) (MARPSAT, 2008). Outras referências são as do censo realizado em 1991 na Inglaterra e no Canadá. Nesse período o canadense Jim Ward estimava que existissem 100 milhões de *homeless* no mundo, incluídos aqui aqueles vivendo em moradias precárias. Ainda em 1991 foi registrado, somente nos Estados Unidos, a existência de cerca de 200 mil *homeless* (VIEIRA et al., 1992:48). Outro estudo de referência foi realizado na cidade de Lisboa em 2000 a partir de Centros de Acolhimento (PEREIRA et al., 2000).



Esse conjunto de referências busca mostrar que se trata de um fenômeno recentemente estudado no contexto mundial. Como se pode perceber, a questão passa a ser notória a partir da década de 80, ocupando espaço no debate social, político e acadêmico nos anos 90.



O FENÔMENO NO BRASIL

O marco do debate público sobre a população em situação de rua no Brasil ocorreu em 1992, em São Paulo, durante um encontro internacional paralelo à Cúpula Mundial do Meio Ambiente, conhecida como Rio-92. Em maio de 1991 numa aliança entre a Prefeitura de São Paulo e ONGs da cidade foi concluído o primeiro levantamento da população de rua da área central da cidade de São Paulo, envolvendo as regiões da Sé, Móoca, Penha, Pinheiros, Lapa, Vila Mariana e Santana. Este foi o primeiro estudo realizado no Brasil (VIEIRA et al., 1992).

Buscava-se com essas iniciativas que a Prefeitura de São Paulo incluísse em sua agenda atenções à população em situação de rua. São Paulo, por meio do Governo do Estado, mantinha há longa data um grande centro de acolhimento nominado Central de Triagem e Encaminhamento (Centren), voltado principalmente aos migrantes que ali poderiam permanecer por no máximo três dias, em pavilhões que separavam homens e mulheres, que por sua vez eram separadas das crianças. Em paralelo à Cetren, localizada próximo à antiga Hospedaria dos Migrantes – construída no início do século para realizar a quarentena dos migrantes europeus que vinham substituir a mão de obra escrava nas lavouras paulistas – havia também um albergue para “mendigos” e doentes crônicos que ali permaneciam por um tempo ou eram levados para uma chácara na cidade de São Roque, que associava o processo de reabilitação ao trabalho de plantio. A Pastoral do Migrante mantinha, no bairro central do Glicério, um abrigo destinado inicialmente ao migrante: a Associação dos Volun-

tários pela Integração dos Migrantes (AVIM). Criada em 1974, pelo Pe. Alberto Zabiazí, a AVIM estende seus serviços a outros desabrigados, principalmente no inverno. No Glicério se instalou ainda a pastoral da "Comunidade dos Sofredores de Rua". É de se lembrar que São Paulo exerceu forte catalização de mão de obra nacional e, conseqüentemente, forte presença de migração interna.

No levantamento de 1991, São Paulo registrava 329 pontos de pernoite com 3.392 pessoas nas regiões centrais da cidade. Esse estudo foi completado com os dados do "Estudo sobre a População sem Residência Fixa" que recorreu aos dados dos plantões de atendimento da Secretaria de Bem Estar Social da Prefeitura de São Paulo (Sebes, 1991) e ainda, ao levantamento da população atendida em abrigos, albergues e casas de convivência (VIEIRA et. alii, 1992).

Além desse primeiro levantamento, outros foram realizados na cidade de São Paulo, abrangendo toda a cidade e não mais só a área central. Essas experiências permitiram o desenvolvimento de competência específica para o estudo da população em situação de rua, caracterizando-a em dois grandes grupos: população infanto-juvenil nas ruas, ou meninos e meninas de rua, isto é, com menos de 18 anos; e adultos e idosos em situação de rua.

Os diversos censos e contagens realizados em São Paulo permitem construir uma série histórica. Aliás, a única no país com registros de mais de uma década de levantamentos realizados.

Tabela 1

População em situação de rua da Cidade de São Paulo, 1991-2003

Anos	Total pop. de rua	Em albergue	Nas ruas
1991	3.852	460	3.392
1994	4.449	1.749	2.800
1996	5.334	1.913	3.421
1998	6.453	3.416	3.037
2000	8.706	3.693	5.013
2003	10.394	6.186	4.208

Fonte: FIPE 2000, 2003; Vieira et alii, 1992

OBS.: em 2000 foi realizado o recenseamento em toda a cidade, sendo contratada pela Prefeitura de São Paulo/FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas)

A aprovação da lei municipal nº. 12.316/97, da cidade de São Paulo, estabeleceu os direitos da população em situação de rua, e seu decreto regulamentador nº. 40.232/01 exige que todo o governo da cidade proceda, durante seu mandato, a contagem/censo da população em situação de rua. Este dispositivo mostra que o intervalo de 10 anos usado entre os censos da população é muito longo para medir este fenômeno emergente. O crescimento dessa população tem sido perversamente muito rápido, exigindo velocidade própria e não decenal.

É preciso ressaltar o significativo aumento da atenção em serviços ocorrida ao longo dos anos na cidade de São Paulo. Se em 1991 indicavam 460 vagas de atendimento, em 2003, registravam-se 6.186 vagas. Isso significa que em pouco mais de 10 anos o volume de atenções em serviços foi ampliado em mais de 13 vezes, enquanto que a população nas ruas (3.392 em 1991 para 4.208 em 2003) cresceu menos de 25%.





A segunda cidade brasileira a desenvolver a contagem da população em situação de rua foi Belo Horizonte, que no início da década de 90 criou o Fórum de Organizações, cuja finalidade era trabalhar com essa população. Em sua primeira contagem, realizada em 1998, Belo Horizonte registrou 916 moradores adultos. Na contagem realizada em 2005 Belo Horizonte registrou 1.157 adultos.

Duas outras cidades brasileiras também realizaram contagens da população em situação de rua. Uma delas foi Porto Alegre, que por meio da Prefeitura, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, encerrou contagem em 2007, identificando 1.203 adultos, dos quais 81% do sexo masculino. A outra cidade é Recife, que registrou 1.164 pessoas em 2005.

Tabela 2

População de rua em algumas capitais brasileiras. 2003/2007

Cidade	Ano	Nº
São Paulo*	2003	10.394
Belo Horizonte**	2005	1.157
Porto Alegre***	2007	1.203
Recife**	2005	1.164
total		13.915

* Levantamento realizado em 2003

** Levantamento realizado em 2005

*** Levantamento realizado em 2007

São Paulo e Belo Horizonte demarcam o primeiro reconhecimento no país da existência de uma população urbana em situação de rua. O recorte urbano deve ser enfatizado já que o Movimento dos Sem Terra (MST), do ponto de vista rural, registra aqueles sem chão. No meio urbano há ainda o movimento dos sem teto voltado para aqueles que buscam sua moradia. O meio rural não dispõe de ruas. Seu espaço público são as estradas e é à margem delas que a população rural se aglutina sob plásticos negros. Portanto, pode-se dizer que sem terra, sem teto e população em situação de rua, ainda que com trajetórias e características diversas, estão em situação similar: sem chão e sem teto. Nesse sentido o conceito de *homeless* (em inglês) e *sans-domicile* (em francês) abrange a situação dos "sem endereço". Não ter endereço significa não poder ser encontrado, não poder ter referência, não poder se comunicar, não ter paradeiro localizável. Sofrem, portanto, os preconceitos atribuídos aos ciganos, enquanto nômades urbanos. Trata-se do jogo do visível ao olhar, invisível à inclusão e ao encontro do reconhecimento da cidadania.

As experiências de São Paulo e Belo Horizonte, bem como as de Paris, registram que as ONGs religiosas foram as que primeiro incluíram essa população em sua agenda. No caso de São Paulo foi uma irmandade feminina – as Oblatas de São Bento – que iniciaram o trabalho com a população em situação de rua ainda na década de 50, sob o nome de Organização de Auxílio Fraternal (OAF). Esta inicialmente realizou trabalhos institucionais e depois, na década de 70, nas ruas da cidade. Em 1977, o então arcebispo D. Paulo Evaristo Arns reconheceu esse trabalho instalando a Pastoral do Povo de Rua, antes nominada como

Comunidade dos Sofredores de Rua. Durante a década de 80, diversas iniciativas de organizações religiosas católicas e protestantes foram iniciadas. Em 1990, a Prefeitura de São Paulo, pelo decreto nº. 28.649/89 reconheceu o trabalho dos catadores de papel das ruas da cidade. A então prefeita Luiza Erundina de Souza assinou o decreto com a presença do Abade Pierre, que visitava a cidade liderando o trabalho desse segmento e impedindo a ação policial que os cerceava. Em 1991 foi instituído o dia 10 de maio como o Dia de Luta da População em Situação de Rua da cidade, e assumida pela Prefeitura a criação de vagas de albergagem para alojar essa população no período de inverno e em caráter emergencial, assim como a instalação de Casas de Convivência para o uso diurno dessa população. No período de 1993 a 2001, o higienismo foi forte na gestão da cidade. Com isto cresceu o movimento de luta pelos direitos da população em situação de rua. Ocorreram amplas manifestações junto à sede da Prefeitura e à Câmara Municipal. Foram realizadas tribunas populares e diversas manifestações nas ruas. Todo esse movimento teve como um dos grandes símbolos a aprovação de projeto de lei, que teve a honra de protagonizar como vereadora de São Paulo, e que instituiu na cidade os direitos da população em situação de rua. Esta foi a primeira lei no país a reconhecer esse segmento da população com necessidades próprias a serem supridas pela responsabilidade pública (lei municipal 12316/97).







O alcance nacional desse reconhecimento ocorreu quase 10 anos após, pela aprovação da lei federal nº. 11.258/05 de 30/12/05, que alterou o texto da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) nº 8.742/93, incluindo a atenção à população em situação de rua. Em 25 de outubro de 2006 houve a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para definir a Política Nacional de Atenção à População em Situação de Rua e a aprovação da lei federal nº. 11.258/05, por ocasião do I Encontro Nacional da População em Situação de Rua realizado em Brasília. Pela primeira vez, representantes desse segmento se reuniram nacionalmente e apresentaram suas demandas a um presidente da República do Brasil.

Foi a partir do compromisso desse Grupo com as organizações participantes que foi viabilizada a realização da primeira contagem nacional da população em situação de rua:

A PRIMEIRA CONTAGEM BRASILEIRA

Em 2005, como resultado do I Encontro Nacional da População em Situação de Rua e do Grupo de Trabalho Interministerial criado em 2006 pelo Presidente da República, decidiu-se realizar a contagem nacional dessa população. Foi um acordo de cooperação entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que permitiu a realização de licitação nacional para operar e alcançar esse objetivo.

O processo se restringiu às 71 cidades brasileiras com população superior a 300 mil habitantes. Nelas identificou-se 31.922 brasileiros em situação de rua, dos quais 8.782 (27,5%) foram abordados em serviços socioassistenciais e 23.140 (72,5%) nas ruas. A média nacional foi de 0,061 adulto na rua para cada habitante urbano. A maior incidência nessa relação foi identificada na cidade de São José dos Campos que é mais de quatro vezes maior do que a média nacional, registrando 0,274 pessoas nas ruas face a sua população total².

Niterói (RJ), Curitiba (PR), Santos (SP) e Juiz de Fora (MG) foram as cidades, que apresentaram maior proporcionalidade da presença de população em situação de rua face às demais 71 analisadas, com exceção de São José dos Campos - SP.

² CF. SAGI, 2009.



Tabela 3

Cidades brasileiras com população em situação de rua superior a 1.000 pessoas

Cidade	Ano	Nº	%
São Paulo	2003	10.394	23,0%
Rio de Janeiro	2007	4.594	10,0%
Salvador	2007	3.289	7,0%
Curitiba	2007	2.776	6,0%
Brasília	2007	1.734	4,5%
Fortaleza	2007	1.701	4,0%
São José dos Campos	2007	1.633	3,5%
Recife	2005	1.390	3,0%
Porto Alegre	2007	1.203	3,0%
10.Belo Horizonte	2005	1.157	2,5%
sub-total		29.871	65%
total³		45.837	100%

Fonte: BRASIL, 2008b; FIPE 2000, 2003; UFRS/PMPA, 2007; PM BH, 2005.

Nota: O total 45.837 resulta da soma do Censo de 71 cidades (31.922) com o total das quatro capitais (13.915).

³ Como já assinalado, as cidades de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e São Paulo adotaram metodologias distintas entre si e distintas daquelas realizadas pela Pesquisa Nacional nas 71 cidades acima de 300 mil habitantes. A diferenciação ocorre em função de resultados e experiência de realização de contagens anteriores, do grau de envolvimento de organizações e de moradores ou ex-moradores de rua no processo.



Identificou-se que a população em situação de rua chegava a quase 50 mil habitantes. Esse montante pode ser alcançado quando se soma as 31.922 pessoas localizadas nas ruas pelo censo nacional com as 13.915 registradas pelos censos de quatro cidades. Pode-se estender o total de 45.837 para cerca de 50 mil pessoas em situação de rua considerando que, dessas quatro cidades, São Paulo disponibilizou registros que datam de 2003, pois a prefeitura não cumpriu com a lei local que exigia uma nova contagem/censo no período de 2005/2008, e os censos de Recife e Belo Horizonte datam de 2005. Constatou-se que dez cidades brasileiras concentravam 65% da população de rua, destacando-se que 10 delas são capitais e somente São José dos Campos, no interior de São Paulo, concentrava 3,5% da população de rua detectada no país. Este destaque é importante e exige uma análise mais crítica dessa cidade, seja quanto aos fatores que provocam essa intensa presença, seja quanto à possível inexistência de uma política municipal a respeito.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos 183,9 milhões de habitantes do Brasil, estima-se que existam cerca de 50 mil pessoas em situação de rua em seus principais centros urbanos ou nas 75 cidades cujas pesquisas foram referidas neste artigo. Destas, 10 cidades concentram 65% dessa população. Face à população do país, aqueles em situação de rua não chegam a 0,03% da população total.

Esse percentual deixa uma questão de fundo. Já somos um país capaz de operar programas sociais que atingem mais de 40 milhões de pessoas. Portanto, desenvolver programas massivos não parece ter óbice para a capacidade gerencial já instalada. Assim, se torna urgente um pacto federativo entre governos municipais, estaduais e federal para que essa situação de presença da população em situação de rua nos centros urbanos possa ser revertida.

Representantes da população em situação de rua fazem parte do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Já há voz articulada e constituída dos interesses e demandas desse segmento. Portanto, é possível a construção de uma proposta de trabalho a partir de uma gestão democrática que tenha por direção afiançar direitos a essa população.

O reconhecimento, em números, dessa população em situação de rua é passo fundamental que a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do MDS corajosamente tomaram. Agora, números encarnados em pessoas e coletivos devem compor as políticas sociais, urbanas e econômicas das cidades brasileiras afiançando direitos cidadãos a todos que nelas vivem sem qualquer discriminação ou exclusão.

ANEXO

Conteúdo do Decreto Judicial Callahan Pelo Povo

Padrões mínimos para os abrigos da Cidade de Nova York estabelecidos por decisão judicial no Acordo Callahan. A Decisão Judicial do Acordo Callahan versus Carey, assinado em 1981, estabeleceu o direito de acolhida na cidade de Nova York. Pela assinatura deste acordo, a Cidade compromete-se a manter certos padrões mínimos em todos os seus abrigos. Esses padrões em síntese foram:

Leitos: todos os leitos devem manter um espaço de pelo menos três pés de distância entre um e outro. E não devem ser colocadas cabeceiras contra cabeceiras. A passagem entre os leitos também deve ter largura de três pés. Cada leito deve ter no mínimo 30 polegadas de largura. A estrutura de cada leito deve estar em bom estado de conservação e de limpeza.

Colchões: os colchões devem estar limpos, bem cuidados, confortáveis e no tamanho adequado ao leito.

Dormitórios: as divisórias que separam a área de dormitório das outras áreas devem ter a altura do teto e ser imunes a fumaça. Todos os dormitórios devem ter iluminação adequada e boa ventilação com janelas para a área externa. Os dormitórios devem ter abertura para corredores de saída e não podem ser utilizados como passagem, corredor ou via de acesso para outro dormitório

Lençóis e outros itens de uso pessoal: os seguintes itens devem ser fornecidos a cada residente do abrigo:

um travesseiro limpo

dois lençóis limpos

um cobertor limpo

uma fronha limpa

uma toalha limpa

uma muda de roupa de cama (pelo menos uma vez por semana ou mais se necessário)

uma barra de sabão

um rolo de papel higiênico

escaninho com cadeado

Chuveiros/banheiros: deve haver um chuveiro disponível para cada quinze residentes. Deve haver um banheiro (e/ou mictório) em funcionamento para cada dez residentes

Serviço de lavanderia: o serviço de lavanderia deve ser fornecido pelo menos uma vez por semana

Equipe de atendimento: deve haver um membro da equipe treinado em primeiros socorros em cada turno

Lazer: o abrigo deve providenciar pelo menos dez horas de recreação por semana para todos os residentes

Correio e telefones: os residentes devem ter direito de enviar e receber correspondência sem interceptação e sem interferência. Em cada abrigo deve ser instalados telefones pagos.

Acordo Callahan, NY, 1981



PHONE -
3325-1964



BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. **Relatório Final: Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua.** [S.l], março 2008a, v.1 – Metodologia.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. **Relatório Final: Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua.** [S.l], março 2008b, v. 2 – Resultados.

FIPE/PMSP-SAS. **Censo de População em situação de rua da cidade de São Paulo.** FIPE/PMSP, 2000.

FIPE/PMSP-SAS. **Estimativa do número de moradores de rua e Estudo dos Resultados obtidos com o SISRua.** FIPE/PMSP, 2003.

HOMELESS COALIZATION. **Callahan Process,** 1981.

MARPSAT, M. **L'enquête de l'Insee sur les sans-domicile: quelques éléments historiques.** Courrier des statistiques, INSEE, Paris, n° 123, janvier-avril 2008, p. 52-64.

MOTTA, A.; Renucci, A.B. **Levantamento sobre experiências brasileiras com população em situação de rua.** SNAS/MDS. Brasília, 2005.

PEREIRA, A.; Barreto, P.; Fernandes G. **Análise longitudinal dos sem abrigo em Lisboa: a situação em 2000.** In **Departamento de Edifícios,** Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Lisboa, 2000.

SAGI, I **Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua - Síntese dos Resultados.** In BRASIL, **Rua: aprendendo a contar,** Brasília, MDS: 2009.

SEBES. Secretaria Municipal do Bem-Estar Social-PMSP. **Estudo sobre a população sem residência fixa que recorre ao Plantão de atendimento.** São Paulo, 1991.

SNOW, D.A. **Report on Tucson's Homeless Population 1997-1995.** Department of Sociology, University of Arizona, 1998.

VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Org.). **População de rua: quem é, como vive e como é vista.** São Paulo, Hucitec, 1992.







VISIBILIDADE E RECONHECIMENTO - A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME NO ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Valéria Gonelli

Assistente Social, Assessora do Gabinete da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Fernando Chagas

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico do Departamento de Avaliação e Monitoramento da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.



A bordar o fenômeno social genericamente conhecido como população em situação de rua requer certa cautela metodológica. Isso porque não há estabelecido, na literatura especializada, um consenso acerca do significado desta expressão e da caracterização do segmento populacional ao qual ela faz referência. Dependendo do sentido em que a expressão é empregada – e eles são muitos – o fenômeno assume contornos e dimensões distintas. Para dar conta da complexidade do fenômeno, alguns autores optam, inclusive, pela elaboração de tipologias ao invés de proporem enunciados reducionistas. É bastante difundida, por exemplo, a distinção das formas de permanência na rua, sugerida por Maria Antonieta Vieira (1992), entre as pessoas “que ficam, as que estão e as que são da rua”. Assim, julgou-se conveniente, para os fins a que este artigo se propõe, estabelecer, de antemão, aquilo que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) entende por população em situação de rua.

O MDS adota uma definição de população em situação de rua que combina elementos propostos pelos principais especialistas na matéria. De acordo com essa definição, a população em situação de rua consiste em um grupo heterogêneo, que tem em comum a extrema pobreza, vínculos familiares fragilizados ou rompidos, a vivência de um processo de desfiliação social decorrente da ausência de trabalho assalariado e que assume a rua como espaço de moradia e sustento. As causas do fenômeno em pauta são múltiplas e variadas, remetendo tanto a fatores circunstanciais, próprios da trajetória de vida de cada indivíduo, quanto a fatores estruturais, inerentes ao sistema

capitalista de produção. Feito esse registro, é importante sublinhar que a discussão em torno do conceito sinaliza mais do que o interesse de um pequeno grupo de acadêmicos pelo tema; é indicativa de um amplo movimento, iniciado entre as décadas de oitenta e noventa, que trouxe visibilidade e legitimidade às demandas de um contingente populacional submetido a aviltantes condições de sobrevivência e à persistente violação de seus direitos básicos. O presente artigo reconstitui esse movimento, para depois focar, detidamente, o modo inovador com que o MDS tem oferecido respostas aos anseios da população em situação de rua.

O período em que a atual Deputada Federal Luíza Erundina de Sousa esteve à frente da Prefeitura de São Paulo, entre 1989 e 1992, é descrito como um momento de fundação de novos marcos na concepção e no atendimento da população em situação de rua. Os projetos de inclusão produtiva desenvolvidos no centro da capital paulista somados às experiências pioneiras voltadas ao delineamento do perfil socioeconômico das pessoas que habitavam as ruas da cidade propiciaram a desconstrução, naquele período, da visão preconceituosa e estigmatizadora que reconhece apenas vagabundos e marginais em meio a esse segmento. A exemplo de São Paulo, outras três capitais brasileiras – Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife – conduziram, nos anos seguintes, seus próprios estudos para quantificar e caracterizar a população em situação de rua encontrada nos limites de seus respectivos territórios. Ressalte-se que as pesquisas censitárias e qualitativas realizadas em Belo Horizonte e Recife, em 2005, contaram com o apoio técnico e financeiro do MDS, representado

pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Os resultados alcançados por esses esforços desarticulados possibilitaram que a visualização do fenômeno se desse com maior nitidez e revelaram o quanto ele é influenciado pelas particularidades das cidades nas quais se manifesta. Ficou evidente a afirmação de Sarah Escorel de que "o espaço urbano interfere nos grupos que se formam na rua – nos tipos de agrupamento, nas possibilidades de fixação, nas atividades de subsistência que podem ser realizadas" (ESCOREL apud ANDRADE, 2008).

O levantamento abrangente de dados sobre a quantidade de pessoas vivendo nas ruas das cidades brasileiras e sobre as condições em que isso ocorre era, à época desses primeiros estudos, e continua sendo, uma das principais reivindicações do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR). Esse movimento surgiu em São Paulo e Belo Horizonte, a partir do trabalho desenvolvido por entidades como a Organização do Auxílio Fraternal, das Irmãs Oblatas de São Bento, a Pastoral do Povo da Rua, a Cáritas, dentre outras. Essas entidades contribuíram para a formação de uma identidade coletiva entre as pessoas em situação de rua que se contrapõe à visão hegemônica segundo a qual esses indivíduos não passam de "fracassados solitários". Apesar das dificuldades impostas pelo grau de heterogeneidade existente entre as pessoas que agrega, o movimento tem atuado intensamente no "resgate das referências identitárias de seus membros" e na luta pela conquista e reconhecimento de seus direitos sociais (ANDRADE, 2008, p. 62). Na avaliação de especialistas e representantes do próprio movimento, o que confere singularidade

e força a esse processo organizativo é justamente o fato de que ele opera em dois planos diversos, porém complementares: no plano político, exerce atividades reivindicativas; no plano social, por outro lado, trabalha com a subjetividade de cada um de seus membros, valendo-se, para tanto, de uma concepção metodológica baseada no contato personalizado e numa abordagem individualizada (ANDRADE, 2008, p. 57).



Maria Lúcia Lopes da Silva (2006) argumenta que a organicidade e a coesão do movimento nacional, que, como dito anteriormente, reúne pessoas com perfis e interesses imediatos diversos, deriva da percepção compartilhada de que a população em situação de rua não tem acesso às políticas sociais. Em adição, apontam-se outros dois fatores, tragicamente marcantes na vida daqueles que fazem das ruas o palco de suas relações privadas, que têm “galvanizado” os vínculos de solidariedade e pertencimento estabelecidos entre os membros do movimento: a discriminação e a violência contra a população em situação de rua, muitas vezes, praticadas por agentes a serviço do Estado. Nesse sentido, é inegável que a repercussão gerada pelo assassinato de sete pessoas em situação de rua, entre 19 e 22 de agosto de 2004, na cidade de São Paulo, tenha concorrido para que o segmento recebesse, enfim, a merecida atenção das autoridades públicas, sobretudo daquelas que fazem parte do governo federal. É possível afirmar que, até então, não existiam políticas públicas federais direcionadas exclusivamente para o atendimento da população em situação de rua. O segmento era coberto apenas de forma residual e precária por políticas sociais implementadas nos três níveis de governo. Predominavam as ações de acolhimento com caráter tutelador, que, dissociadas de iniciativas voltadas para o desenvolvimento da capacidade produtiva das pessoas em situação de rua, pouco ou nada contribuíam para a reinserção social desses indivíduos.

O ano de 2004 é considerado um ponto de inflexão na relação entre o governo federal e a população em situação de rua. Por determinação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as demandas do segmento

assumiram uma centralidade inédita na agenda social do governo federal. A orientação presidencial logo se traduziu numa sucessão de ações, coordenadas por um ministério recém-criado, o MDS, voltadas para o atendimento da população em situação de rua. Com agilidade, a SNAS empreendeu um levantamento junto aos órgãos gestores da Assistência Social das capitais e municípios com mais de 300 mil habitantes, com o intuito de aprofundar seu conhecimento sobre o fenômeno social no país. Os municípios que participaram do levantamento passaram, com isso, a receber regularmente o financiamento do governo federal para promoverem ações de acolhimento. Além disso, os dados coletados serviriam, posteriormente, de subsídios à idealização de uma série de projetos de inclusão produtiva para esse público específico, executados em parceria com governos estaduais, municipais, ONGs e universidades.

A aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, inaugurou um novo modelo de proteção social não contributiva no país, reconhecendo, pela primeira vez, a população em situação de rua como destinatária das ações nesse campo. Esse novo modelo busca afiançar a todos os brasileiros seguranças de sobrevivência, de acolhida e de convívio. Os usuários dos serviços socioassistenciais deixam de ser considerados apenas em suas carências e fragilidades; e passam a ter também as suas potencialidades reconhecidas e estimuladas. A PNAS representa ainda o substrato normativo sobre o qual está assentado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), rede hierarquizada de serviços e benefícios socioassistenciais, espalhada por todo o território nacional e gerida de forma descentralizada

e participativa. O sistema é organizado por tipo de proteção demandada – básica ou especial – e por níveis de complexidade de atendimento – média ou alta. Em função da fragilidade ou da total ruptura de seus vínculos familiares e comunitários, bem como da violação reiterada de seus direitos básicos, as pessoas em situação de rua requerem atendimento da proteção social especial, tanto de média quanto de alta complexidade¹, sendo priorizados os serviços que possibilitem a elas a organização de um novo projeto de vida e a criação de referências na sociedade brasileira. Para respaldar legalmente a obrigatoriedade do atendimento da população em situação de rua, no âmbito do SUAS, o governo federal publicou, em 2005, a Lei nº 11.258, que altera o artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742/93).

A organização do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, em setembro de 2005, atesta a inclinação democrática do MDS em envolver e dar voz ao público alvo de suas ações no processo em que elas são definidas. Durante o evento, representantes do movimento nacional e entidades ligadas ao tema discutiram com membros do governo estratégias de atenção ao segmento. Ao final dos trabalhos, os participantes se mostraram convencidos de que a

¹ Os serviços da proteção social especial de média complexidade são destinados às famílias e indivíduos que tenham direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos; já os de alta complexidade garantem proteção integral para famílias e indivíduos que estejam sem referência e/ou em situação de risco.

formulação e a implementação de políticas públicas efetivamente capazes de transformar a realidade das pessoas em situação de rua dependiam ainda de novos estudos que delimitassem o fenômeno com maior precisão e da coordenação de ações intersetoriais entre os três níveis de governo.

Sensível às constatações mencionadas e a outras demandas trazidas por representantes do movimento nacional, o governo federal criou, por força de Decreto Presidencial, assinado em 25 de outubro de 2006, um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para elaborar estudos e propostas de políticas públicas dirigidas à população em situação de rua, que primem pela ação intersetorial entre as políticas de assistência social, saúde, educação, trabalho e renda, cultura, justiça, esportes e garantia de direitos humanos. O GTI foi coordenado pelo MDS e composto por representantes de outras sete pastas (Educação; Cultura; Saúde; Trabalho e Emprego; Justiça e Secretaria Especial de Direitos Humanos), além de representantes da Defensoria Pública da União, da Pastoral do Povo da Rua, do Movimento Nacional da População de Rua e do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais da Assistência Social (CONGEMAS). Os trabalhos do GTI resultaram na apresentação de uma versão preliminar da Política Nacional para Inclusão Social da População a Situação de Rua, submetida à consulta pública no site do MDS em dezembro de 2008. As contribuições da sociedade civil organizada ao texto da Política Nacional foram, depois, consolidadas num único documento, por ocasião do II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, realizado em maio de 2009.



AREZZO
PRODOTTO IN
XAMMA
05 980 0710001-01
SOB LICENÇA DE
AREZZO S.A.

Handwritten notes on a document, including a red stamp that reads "Tandem".

REPUBLICA FEDERATIVA

ESTADO DA
SECRETARIA DE
INSTITUTO DE



Adriano Pimenta

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Handwritten notes on a document, including a logo that reads "COP" and some illegible text.

Ao mesmo tempo em que esses avanços no atendimento da população em situação de rua eram gravados em dispositivos legais, o MDS continuava empenhado em dar visibilidade ao segmento. Em 2006, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do MDS juntamente com a UNESCO lançaram edital para a contratação de uma instituição encarregada da contagem da população em situação de rua em um universo de 71 municípios, incluindo 23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes. A pesquisa foi realizada, entre agosto de 2007 e março de 2008, pelo Instituto Meta, que identificou 31.922 pessoas adultas vivendo em situação de rua nos 71 municípios pesquisados. Além da inédita contagem, a pesquisa apresentou também dados relevantes sobre o perfil dos entrevistados, que, analisados em conjunto, reforçam a percepção de que o atendimento da população em situação de rua exige a convergência de diversas áreas sociais.

O MDS trabalha, atualmente, para incorporar as pessoas em situação de rua ao CadÚnico², demonstrando sua determinação em tornar os programas sociais do governo acessíveis ao segmento. Para tanto, foram relativizadas algumas das informações exigidas no ato do cadastramento, como, por exemplo, as referentes à identificação

do domicílio familiar do respondente, e investe-se no treinamento e sensibilização das equipes e agentes responsáveis pela abordagem e entrevista das pessoas em situação de rua. Em uma iniciativa ainda mais inovadora, o MDS e a UNESCO contrataram recentemente, após processo licitatório, o Instituto Pólis para desenvolver junto ao Movimento Nacional de População de Rua um projeto de capacitação e fortalecimento institucional. Espera-se que o projeto contribua para potencializar a intervenção dos representantes de MNPR nos fóruns e conselhos em que os rumos da Assistência Social no país são traçados e ampliar a interlocução do movimento com setores do governo e da sociedade civil organizada.

Os exemplos relacionados neste artigo não esgotam o esforço que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem empreendido para tornar visível esse segmento populacional ignorado pelas estatísticas nacionais. Pretende-se com isso, ilustrar o modo inovador com que o MDS atende a população em situação de rua. Um modo novo porque não percebe essas pessoas como fracassados, ao contrário, enxerga nessas pessoas potencialidades que anos de maus tratos e abusos não conseguiram apagar. Reconhece-as como sujeitos sociais aptos a intervir sobre as decisões que afetam suas vidas. E que aponta para a construção, participativa e democrática, de uma Política Nacional, que consolide e aprofunde os avanços até aqui registrados na relação entre o Estado e a população em situação de rua.

² O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) é um instrumento de identificação e caracterização das famílias brasileiras de baixa renda, assim consideradas aquelas com renda mensal igual ou inferior a meio salário mínimo por pessoa ou renda familiar mensal até três salários mínimos. Constitui uma base de dados que pode ser acessada pelos governos municipais, estaduais e federal para obterem o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas.







CENTRO PÚBLICO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
Organizando o trabalho para desenvolver o Brasil

PREFEITURA LONDRINA
Ministério do Trabalho e Emprego
BRASIL
MILHÕES DE TRABALHADORES



BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, H. S. de; FIGUEIREDO, G.; FARIA, C. A. P. de. A trajetória histórica e organizativa da população em situação de risco de rua de Belo Horizonte: a construção de um movimento cidadão. In: KEMP, V. H.; CRIVELLARI, H. M. T. (Org.). *Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS)*. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/servicos/pss-2008/pnas.pdf/view?searchterm=pnas>. Acesso em 20 nov. 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Propostas de políticas públicas para inclusão social da população em situação de rua*. Brasília, DF, 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua*. Brasília, DF: SAGI, SNAS, 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. *Relatório Final: Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua*. [S.l.], março 2008a. v.1 – Metodologia.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Meta Instituto de Pesquisa de Opinião. *Relatório Final: Primeiro Censo Nacional e Pesquisa Amostral sobre a População em Situação de Rua*. [S.l.], março 2008b. v. 2 – Resultados.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. UNESCO. *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília, DF, 2009.
- ROSA, C. M. M. *Vidas de rua*. São Paulo: Hucitec/Rede Rua, 2005.
- SILVA, M. L. L. da. *Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil: 1995-2005*. Universidade de Brasília, 2006. Apresentado como Dissertação de Mestrado.
- VIEIRA, M. A. C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Org.). *População de rua: quem é, como vive e como é vista*. São Paulo, Hucitec, 1992.





I CENSO E PESQUISA NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Execução

Meta Instituto de Pesquisa de Opinião

Coordenador Geral

Flávio Eduardo Silveira

Pesquisadores

Álvaro Roberto Crespo Merlo

Jacqueline Oliveira Silva

Juscelino Zemiacki

Magda Ribeiro Barcelos

Coordenadores de campo

Ananindeua/PA

Anapólis/GO

Aparecida de Goiânia/GO

Aracaju/SE

Bauru/SP

Belém do Pará/PA

Belford Roxo/RJ

Betim /MG

Boa Vista/RR

Brasília/DF

Campina Grande/PB

Campinas/SP

Campo Grande/MS

Campos dos Goytacazes/RJ

Canoas/RS

Carapicuíba/SP

Cariacica/ES

Mariza Nascimento

Georges Nogueira

Georges Nogueira

Rosineide Santos Melo

Iná Lucélia Pereira

Mariza Nascimento

Sandra Mara de Castro

João Souza Dias

Angela Patricia

Maria Aparecida Sousa Barros

Simone Rodrigues de Salles

Flávio Sartori

Sirlei Goularte

Elka Cruz Campos

Carla Vidart

Sandra Amorin

Claudia Maluf

Caxias do Sul/RS

Contagem/MG

Cuiabá/MT

Curitiba/PR

Diadema/SP

Duque de Caxias/RJ

Feira de Santana/BA

Florianópolis/SC

Fortaleza/CE

Franca/SP

Goiania/GO

Guarulhos/SP

Itaquaquecetuba/SP

Jaboatão dos Guararapes/PE

João Pessoa/PB

Joinville/SC

Juiz de Fora/MG

Délcio Antônio Agliardi

João Souza Dias

Marinalva Cunha da Silva

Ana Maria Selbach

Sandra Amorin

Cleber Pereira

Rejane Rodrigues da Silva

Vânia da Cruz Soares

Verônica Angelim

Priscila de Souza Oliveira

Georges Nogueira

Karin Rauter Bier

Wanda Krainer

Magali Silva

Simone Rodrigues de Salles

Ricardo José de Melo Brasil

João Souza Dias

Jundiaí/SP
Londrina/PR
Macapá/AP
Maceio/AL
Manaus/AM
Maringá/PR
Mauá/SP
Moji das Cruzes/SP
Montes Claros/MG
Natal/RN
Niterói/RJ
Nova Iguaçu/RJ
Olinda/PE
Osasco/SP
Palmas/TO
Pelotas/RS
Piracicaba/SP
Porto Velho/RO
Ribeirão Preto
Rio Branco/AC
Rio de Janeiro/RJ
Salvador/BA
Santo André/SP
Santos/SP
São Bernardo do Campo/SP
São Gonçalo/RJ
São João do Meriti/RJ
São José do Rio Preto/SP
São José dos Campos/SP

Nilson Roberto Begiato
Aracelly Nascimento
Raul Frank Lima e Silva
Carlos Cesar Alves de Souza
Reinaldo Moreira
Marina Marques Andreo
Maria Fátima do Vale
Celeste Xavier Gomes
Selva Telles
Rosangela Francischini
Sandra Mara de Castro
Andrea Bezerra
Magali Silva
Mariana Fujii
Raimundo Costa
Patrícia Santos de Mendonça
Lucia Cristina Maciel
Angela Nery
Rosana de Carvalho
Renato Souza Santos
Mario Carvalho/Adriana Machado
Rejane Rodrigues da Silva
Wanda Krainer
Juliana da Cunha Ferreira
Sandra Amorin
Dianne Arrais
Dianne Arrais
Helena Cristina Filo
Teresa Peres Rodrigues

São Luis/MA
São Vicente/SP
Serra/ES
Sorocaba/SP
Teresina/PI
Uberlândia/MG
Viça Velha/ES
Vitória/ES

Clodomir Martins
Juliana da Cunha Ferreira
Claudia Maluf
Jamil Jubi Mariano Barbur
Filomena Mello
João Souza Dias
Ivan Lopes Valente Jr.
Claudia Maluf

Equipe SAGI/MDS de acompanhamento da pesquisa

Carmela Morena Zigoni Pereira

Júnia Valéria Quiroga da Cunha

Oscar Arruda D'Alva

Colaboradores

Ana Angélica Campelo de Albuquerque e Melo

Danielle Oliveira Valverde

Gilmar Trindade dos Santos

Júlia Modesto Pinheiro Dias Pereira

Kheila Cristina Ferreira Melo

Luis Otavio Pires Farias

Marcelo Lúcio Saboia Fonseca

Paulo Memória Franco Amorim

Valeria Maria de Massarani Gonelli

AGRADECIMENTO

Nosso agradecimento especial a todas as pessoas em situação de rua que generosamente cederam seus direitos de imagem e tornaram a publicação possível.

Aderaldo Gramosa
Adilson Barboza
Adilson dos Santos Oliveira
Adilson Leandro
Adriana Nazaré Souza
Adriano José Muniz
Agnaldo Rego dos Santos
André Santos Marques
Aniceto Justino
Antonio Carlos dos Santos
Antonio Carlos Ferreira de Matos
Antonio Rosa Dias
Antonio Teixeira da Silva
Aparecida Furlan Paulino
Belmiro Jorge dos Santos
Carla Silva de Santana
Charles Soares da Silva
Crispim Silva da Paixão
Cristina Ferreira e Cesar Evangelista Santos
Ducelene dos Santos
Eliane Ribeiro Salgado Feitosa
Elineide Oliveira Correia Santos
Erico Gonçalves
Fernando Sousa Santos
Flávio Ricardo de Luccas Siqueira
Gilberto Alcântara Marinho
Gilberto Alves Brito
Hercilanio José de Souza
Homero Progêmio do Amaral
Israel Reis de Jesus

Ivanilda Hipolito
Ivanildo Pereira da Silva
Jailson de Jesus Xavier
Jair Almeida dos Santos
Jessica Benevides
João Aparecido dos Santos Barbosa
João Batista Gonçalves
João Dartagnan Holanda de Moura Palheta
João Ferreira da Silva
João Rodrigo Maurino
Joaquim da Luz Sebastião
John Stwardy Orlando Oliveira
Jonas Ribeiro de Almeida
Jorge Santa Tavares
José Antonio Lauro de Souza
José Marcos Monteiro dos Santos
José Nelson da Silva
José Vicente Jorge Filho
Joselito Cavalcante
Josue Lima dos Santos
Jucelino Nascimento
Junior Cesar de Deus
Kleber Augusto de Moraes
Lucivaldo Luma da Silva
Luiza Jacinto
Maria dos Santos
Maria Gomes dos Santos
Junior da Conceição
Alex da Conceição
Maria Helena da Silva

Marinaldo da Luz Costa
Miguel Angel Albornoz
Milton Paixão dos Santos
Nicolas Batista
Nivaldo José de Sousa
Oleir Benedito Rodrigues
Paulo José Camilo
Paulo Roberto Ferreira de Freitas
Pedro Ferreira Leite
Priscila de Jesus dos Santos
Raimundo de Jesus Santos
Raimundo Ruberval Basto da Silva
Raimundo Salome Souza Costa
Regina Celia
Roberto Lingiard
Ronivon Rodrigues Barbosa
Rosemary da Silva
Rufino Santos
Severino Pedro Pereira
Sidney dos Santos; Agata Yasmin
Silvio da Silva
Simone de Souza Farias
Simone Gonçalves
Sônia Regia Teixeira de Oliveira
Valdir Souza Carneiro
Vega Fernandez
Wilson Germano Pereira
Zenildo Costa Oliveira

Papel: Couchê fosco 150g

Fontes: Família DIN e Baron Kuffner